



Universidade de Brasília – UnB  
Faculdade de Direito  
Curso de Bacharelado em Direito

**SARAH BEATRIZ PORTELA DE LIMA**

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO BACHARELADO EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE SOB UMA ÓTICA FEMINISTA**

Brasília-DF  
2023

**SARAH BEATRIZ PORTELA DE LIMA**

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO BACHARELADO EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE SOB UMA ÓTICA FEMINISTA**

Monografia elaborada e apresentada como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade  
de Direito da Universidade de Brasília.

Orientadora: Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho

Brasília-DF  
2023

PP843t Portela, Sarah Beatriz  
A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO BACHARELADO EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE SOB UMA ÓTICA FEMINISTA /  
Sarah Beatriz Portela; orientador Ela Wiecko Volkmer de  
Castilho. -- Brasília, 2023.  
62 p.

Monografia (Graduação - Bacharelado em Direito) --  
Universidade de Brasília, 2023.

1. Educação superior. 2. Gênero. 3. Desigualdade. 4.  
Faculdade de Direito. 5. Universidade de Brasília. I.  
Castilho, Ela Wiecko Volkmer de, orient. II. Título.

**SARAH BEATRIZ PORTELA DE LIMA**

**A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NO BACHARELADO EM DIREITO DA  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: ANÁLISE SOB UMA ÓTICA FEMINISTA**

Monografia elaborada e apresentada como requisito para a  
obtenção do título de Bacharel em Direito pela Faculdade  
de Direito da Universidade de Brasília.

Orientadora: Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho

BRASÍLIA, 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

**BANCA AVALIADORA**

Prof. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho  
Orientadora – Universidade de Brasília

Profa. Dra. Mariana Devezas Rodrigues Murias de Menezes  
Avaliadora – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Douglas Verbicaro Soares  
Avaliador – Universidade Federal de Roraima

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o primeiro idealizador dos meus sonhos e projetos, roteirista da minha história, que possibilitou cursar minha primeira graduação, em Direito, em uma instituição de tamanho prestígio, como é a Universidade de Brasília.

Agradeço à minha família. Primeiro à minha mãe, Rosa Maria Portela, que além de sempre ter se dedicado com excelência à função materna, cumpre todos os dias a meta de ser uma grande mulher. Em segundo, agradeço ao meu tio, Raimundo Gomes Portela, em quem sempre pude encontrar apoio e ouvir os melhores conselhos para prosseguir nos momentos mais difíceis. Por fim, agradeço à minha madrinha, Fran Portela, e ao meu querido irmão, João Gabriel Portela, por todo o amor e todos os momentos leves que só eles sabem proporcionar de forma tão natural.

Agradeço à minha dupla inseparável, Lucas Nogueira, o responsável por ter tornado a minha trajetória na graduação tão especial. Meu: “*se você for com você, eu vou*”. Você é capaz de tornar todos os momentos genuinamente mais felizes. Agradeço à vida pelo presente tão belo que me entregou e que sempre cativarei. Sinto muito orgulho de você.

Agradeço ao dono da mente mais brilhante que já conheci, Gabriel Albino, com quem tenho tido o prazer de dividir os meus dias e de planejar os futuros. Olhar para você é enxergar um milhão de possibilidades e capacidades e ter a certeza de que todas elas são possíveis. Dedico a você todas as músicas dos Gilsons.

Agradeço aos(as) meus/minhas queridos(as) amigos(as) e colegas de trabalho por todos os ensinamentos e conselhos. Agradeço em especial ao Israel Leal e ao Grauther Sobrinho, com quem pude ter boas e distraídas conversas.

Agradeço à minha querida orientadora, Profa. Dra. Ela Wiecko, pela honra de poder ter tido sua orientação. Minha escolha por orientação se deu no meu primeiro semestre da faculdade, quando pude participar de um evento organizado na FD-UnB pelo grupo *Elas Pedem Vista*. No dito evento, ao ouvir pela primeira vez as belas palavras da Profa. Ela, e descobrir sua linda trajetória acadêmica e profissional, não tive dúvidas sobre a incrível mulher que eu desejava que me orientasse.

Agradeço à banca. Ao querido Prof. Dr. Douglas Verbicaro, que tive o prazer de conhecer na disciplina ministrada pela Profa. Ela na pós-graduação, e à Profa. Dra. Mariana Devezas, que ainda terei o prazer de conhecer. Me sinto honrada por tê-los na minha primeira banca avaliadora e por toda a disponibilidade e prestatividade.

*“O movimento feminista se fortaleceu  
quando encontrou o caminho da  
academia.” - bell hooks*

## RESUMO

A presente monografia se dedica a analisar a trajetória das mulheres, enquanto discentes, na graduação da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD-UnB), com o objetivo de compreender como as questões de gênero se manifestam e impactam a trajetória das estudantes no ambiente acadêmico. A hipótese levantada é a de que, inobstante ter ocorrido uma transformação quantitativa no quadro de discentes da faculdade, que passou a contar com um maior número de mulheres, não foi promovida pela instituição uma transformação no ambiente acadêmico-institucional, capaz de proporcionar a efetiva inclusão das ingressas através de uma igualdade material e da mitigação das desigualdades de gênero. Para isso, foi adotada uma abordagem metodológica mista, que integrou elementos quantitativos e qualitativos, a partir da análise dos depoimentos de duas ex-alunas da FD-UnB, sobre suas experiências subjetivas de formação, que lançaram luz sobre os obstáculos de gênero, em diálogo com o prévio levantamento de dados fornecidos pela instituição de ensino. Ademais, foi realizada pesquisa bibliográfica, a fim de que os temas e questões suscitados fossem construídos e embasados por conhecimentos teóricos consolidados. Ao término, são empreendidas reflexões acerca da necessidade de iniciativas de fomento à discussão da desigualdade de gênero no ambiente acadêmico-institucional.

**Palavras-chave: educação superior; gênero; desigualdade; Faculdade de Direito; Universidade de Brasília.**

## **ABSTRACT**

The present monograph is dedicated to analyzing the trajectory of women as students in the undergraduate program of the Faculty of Law at the University of Brasília (FD-UnB), aiming to comprehend how gender issues manifest and impact the journey of female students in the academic environment. The hypothesis raised is that, despite a quantitative transformation in the composition of students at the faculty, with a greater number of women, the institution has not fostered a corresponding transformation in the academic-institutional environment capable of ensuring the effective inclusion of female entrants through material equality and the mitigation of gender inequalities. To achieve this, a mixed methodological approach was adopted, integrating quantitative and qualitative elements. This involved analyzing testimonies from two former FD-UnB students regarding their subjective educational experiences, shedding light on gender obstacles, in conjunction with a prior examination of data provided by the educational institution. Additionally, a literature review was conducted to construct and support the raised themes and questions with established theoretical knowledge. In conclusion, reflections are undertaken regarding the necessity of initiatives to promote the discussion of gender inequality in the academic-institutional environment.

**Keywords: higher education; gender; inequality; Faculty of Law; University of Brasília.**



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quantidade de concluintes entre os anos de 1966 e 1987.....	30
Quadro 2 – Quantidade de concluintes entre os anos de 1992 e 2010.....	31
Quadro 3 – Quantidade de concluintes entre os anos de 2011 e 2021.....	32
Quadro 4 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 1966 a 1976.....	40
Quadro 5 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 1977 a 1987.....	40
Quadro 6 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 1992 a 2000.....	41
Quadro 7 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 2001 a 2010.....	41
Quadro 8 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 2011 a 2021.....	42
Quadro 9 – Taxas de evasão discente por gênero.....	44
Quadro 10 – Projetos de extensão da FD-UnB.....	51
Quadro 11 – Grupos de pesquisa da FD-UnB.....	51
Quadro 12 – Relação de monografias produzidas com a temática de gênero.....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento no número de concluintes por períodos.....	33
Gráfico 2 - Quantidade de concluintes por gênero e períodos (1966-2021).....	42
Gráfico 3 – Ajuda institucional para as dificuldades de formação discente.....	44
Gráfico 4 – Satisfação dos discentes quanto ao ensino da FD-UnB.....	50
Gráfico 5 – Projetos de extensão e abordagens temáticas.....	53
Gráfico 6 – Grupos de pesquisa e abordagens temáticas.....	53

## LISTA DE SIGLAS

API	<i>Application Interface Programming</i>
BDM	Biblioteca Digital Intelectual Discente da Universidade de Brasília
CPA	Comissão Própria de Avaliação
DCE	Diretório Central dos Estudantes
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FD	Faculdade de Direito
FA	Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PLP	Promotoras Legais Populares, Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania
PP	Projeto Pedagógico
SEMUNI	Semana Universitária
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
STF	Supremo Tribunal Federal
UnB	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO .....</b>	<b>16</b>
1.1 Abordagem qualitativa: as narrativas discentes.....	16
1.2 Abordagem quantitativa: dados acerca da FD-UnB .....	17
1.2.1 Relação de concluintes de 1966 a 2021 .....	18
1.2.2 Resultados da Avaliação Institucional publicada pela Comissão Própria de Avaliação da UnB.....	20
1.2.3 Relação dos projetos de extensão e dos grupos de pesquisa .....	21
1.2.4 Relação das produções de monografias.....	22
<b>CAPÍTULO 2 - CONHECENDO A FACULDADE DE DIREITO: O CENÁRIO INSTITUCIONAL E AS PERCEPÇÕES FEMININAS .....</b>	<b>23</b>
2.1 A criação da UnB: história, missão e as transformações institucionais em prol do acesso à universidade .....	23
2.2 A criação da FD-UnB .....	26
2.2.1 Objetivos de formação e perfil discente .....	26
2.3 As mulheres no curso de Direito: olhares femininos.....	33
2.3.1 A invisibilidade feminina e o fenômeno da sub-representação .....	35
2.3.1.1 A presença feminina em números e proporções .....	39
2.3.1.2 A evasão feminina .....	43
2.3.2 A importância das iniciativas institucionais .....	45
2.3.2.1 A abordagem das questões de gênero no currículo .....	48
2.3.2.2 A produção de monografias por mulheres.....	54
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Em 2022, a Universidade de Brasília e o curso de Direito, completaram 60 anos de existência. Em comemoração, durante a Semana Universitária (SEMUNI) do mesmo ano, o Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Famílias, vinculado à instituição, promoveu uma atividade no auditório Esperança Garcia, da Faculdade de Direito, por meio da qual discentes da graduação e da pós-graduação, docentes e servidoras vinculadas à FD-UnB, puderam compartilhar suas vivências, enquanto mulheres, na FD.

Por meio de uma roda de conversa, as participantes puderam discorrer livremente sobre suas vivências pessoais no espaço acadêmico-institucional, tendo sua narrativa guiada apenas pelo questionamento: “*Como foi sua experiência como mulher na FD-UnB?*”.

Fiquei interessada em saber mais acerca da trajetória de ingresso e permanência de mulheres no curso de Direito da UnB, bem como compreender a influência do gênero nas experiências de formação acadêmica das estudantes, partindo da premissa de que essas vivências se desdobram de maneiras distintas para homens e mulheres.

De acordo com Maria da Glória Bonelli, pesquisadora da sociologia das profissões, as instituições universitárias desenvolveram-se pautadas em uma estrutura educacional fundamentada em tendências globais e nos ideários construídos por homens brancos e elitizados (2021, p. 2). Essa realidade, por certo, não se fez distante dos cursos jurídicos no Brasil, cuja presença masculina até recentemente era predominante em termos quantitativos.

O campo jurídico, contudo, mostra-se um instrumento eficaz no enfrentamento das opressões vivenciadas por grupos minoritários, ou mesmo majoritários como o das mulheres e da população parda e preta, de modo a desempenhar um papel crucial para a transformação das estruturas sociais. Torna-se imperativo, portanto, direcionar a atenção para os cursos de Direito, a fim de que se possa compreender como se reproduzem as dinâmicas de gênero nos espaços acadêmico-institucionais, de onde sairão os/as futuros/as profissionais que operarão na ordem jurídica do país.

Desta forma, este trabalho de conclusão de curso buscou responder a dois questionamentos: qual o perfil das mulheres que ingressaram e concluíram a graduação em Direito na UnB, no período de 1966 a 2021? A presença de mulheres promoveu algum tipo de transformação no ensino jurídico ou maior inclusão delas nos espaços de poder do campo jurídico?

A escolha do curso de Direito da UnB se justifica por ser a instituição de minha formação e por ter me proporcionado as primeiras reflexões acerca das desigualdades de gênero. Parti da hipótese de que, inobstante ter ocorrido uma transformação quantitativa no quadro de discentes da faculdade, que passou a contar com um maior número de mulheres, não foi promovida pela instituição uma transformação no ambiente acadêmico-institucional, capaz de proporcionar a mitigação das desigualdades de gênero.

No propósito de testar a hipótese foi utilizada uma metodologia mista, quantitativa e qualitativa, que conectou dados estatísticos com as narrativas de duas egressas do curso.

A abordagem de análise é feminista, tendo sido adotada a concepção de gênero proposta por Sheila Neder Cerezetti, segundo a qual o "gênero é não só uma categoria analítica que permite delimitar o problema de pesquisa, mas é também uma premissa teórica de que as relações sociais de gênero constituem uma variável relevante para a compreensão da realidade e da estrutura social" (Cerezetti, 2019, p. 11).

A pesquisa se restringiu ao corpo discente feminino da graduação, deixando de lado a pós-graduação, o corpo docente feminino e as servidoras da administração, diante da inviabilidade prática de alcançar todo esse universo, ainda que minimamente, num trabalho de natureza limitada.

Contudo, a relevância científico-acadêmica da presente monografia é evidenciada pelo destaque à compreensão das questões de gênero no ambiente acadêmico, na medida em que, não apenas identifica as barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres durante sua jornada educacional, como discriminações, invisibilidades e desigualdades de gênero, mas também lança luz sobre o impacto dessas experiências em suas escolhas de carreira e no ambiente profissional.

Além disso, discute a importância de iniciativas institucionais eficazes para a promoção da igualdade de gênero e estimulação de ambientes acadêmicos mais inclusivos. Ao focar na trajetória feminina, a presente monografia enriquece os estudos de gênero e, não apenas impulsiona a promoção da diversidade e inclusão no ambiente acadêmico, como também contribui para uma sociedade justa e equitativa.

A monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro capítulo apresenta a construção metodológica, com a especificação dos materiais de análise de caráter quantitativo e qualitativo, referentes aos dados previamente levantados sobre a FD-UnB e os depoimentos das ex-alunas.

O segundo capítulo expõe o contexto da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, seu projeto pedagógico, a composição discente na perspectiva de gênero, bem como procede à análise das questões levantadas pelas ex-alunas.

Por fim, a conclusão confirma a hipótese inicialmente colocada e propõe sejam tomadas iniciativas que estimulem reflexões sobre as desigualdades de gênero e efetivas alterações no ambiente acadêmico-institucional.

## CAPÍTULO 1 - A CONSTRUÇÃO DO ESTUDO

A presente monografia buscou responder a duas perguntas: qual o perfil das mulheres que ingressaram e concluíram a graduação em Direito na UnB, no período de 1966 a 2022? A presença de mulheres promoveu algum tipo de transformação no ensino jurídico ou maior inclusão delas nos espaços de poder do campo jurídico?

A hipótese inicial foi a de que, inobstante ter aumentado o número de mulheres do quadro discente, não foi promovida pela instituição uma transformação no ambiente acadêmico-institucional, capaz de proporcionar a elas mitigação das desigualdades de gênero.

Para a investigação da hipótese delineada, foi adotada uma abordagem metodológica mista que integrou elementos qualitativos e quantitativos, conforme será detalhado a seguir. Ademais, recorreu-se a pesquisa bibliográfica para o correto embasamento das temáticas que serão abordadas, de modo a se poder proceder a contextualizações entre as questões suscitadas e o conhecimento já desenvolvido em estudos relacionados.

### 1.1 Abordagem qualitativa: as narrativas discentes

Em 2022, durante a celebração dos 60 anos da Universidade de Brasília, e do curso de Direito, durante a Semana Universitária (SEMUNI), foi promovida uma atividade pelo Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Famílias, vinculado à instituição, em que discentes da graduação e da pós-graduação, juntamente com docentes e servidoras da FD-UnB, foram convidadas a compartilharem suas experiências enquanto mulheres no ambiente acadêmico-institucional.

Por meio de uma roda de conversa, as participantes discorreram livremente sobre suas experiências pessoais, guiadas pelo questionamento central: "*Como foi sua experiência como mulher na FD-UnB?*". Essa iniciativa proporcionou um diálogo reflexivo e enriquecedor, que destacou a diversidade de perspectivas femininas sobre a Faculdade de Direito.

As experiências compartilhadas foram gravadas, originando o material aqui analisado. Salienta-se que esse material foi disponibilizado diretamente pela orientadora da presente monografia, a Profa. Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, coordenadora do Grupo de Pesquisa Direito, Gênero e Famílias e organizadora da atividade realizada na SEMUNI.

Em razão da proposta desta monografia, foram selecionados os depoimentos prestados pelas discentes da graduação. Do total de cinco depoimentos, apenas foram considerados e analisados dois deles, de duas ex-alunas da graduação da FD-UnB, que aqui serão identificadas pelos pseudônimos Margarida e Íris, a fim de que sejam preservadas as suas identidades. No mais, acerca dos três depoimentos restantes, dois deles não puderam ser analisados em razão de



falhas técnicas com os áudios, que impossibilitaram a completa compreensão do que fora narrado, e o terceiro depoimento, em razão do direcionamento dado pela estudante à sua narrativa, foi descartado para ser estudado separadamente em um trabalho futuro. Isso porque a narrativa suscitou importantes questões acerca da falta de acessibilidade e inclusão na FD-UnB para as pessoas com deficiência.

Para a criação do corpo textual aqui apresentado, com destaque para determinados trechos, as narrativas coletadas originalmente em formato audiovisual foram transcritas. A análise, contudo, continuou sendo conduzida com base no formato original em que registradas, de modo a se aproveitarem as ferramentas disponíveis para manuseio do material audiovisual e que possibilitaram a revisitação de diferentes trechos do conteúdo analisado, de forma a viabilizar sua completa apreciação.

A utilização das gravações de vídeo como parte integrante da metodologia de pesquisa da presente monografia enriqueceu sobremaneira a análise dos depoimentos, permitindo uma compreensão mais completa e sensível das narrativas, ao passo que, também manteve o distanciamento necessário entre a examinadora-autora e o objeto de análise.

Conforme explicam Garcez, Duarte e Eisenberg (2011), a análise a partir de gravações de vídeo permitem a redução de qualquer influência direta do(a) pesquisador(a), bem como mantém o distanciamento emocional necessário para que seja realizada uma análise mais reflexiva do material. Portanto, essa abordagem metodológica foi fundamental para alcançar os objetivos desta monografia.

## **1.2 Abordagem quantitativa: dados acerca da FD-UnB**

Emprestando-se das conclusões de Costa e Souza (2017), como a utilização das fontes construídas pela memória está condicionada ao esforço teórico e metodológico do(a) pesquisador(a) que dará voz ao material analisado, nesta monografia, complementarmente à análise dos depoimentos das ex-alunas, foi realizada uma intervenção com dados quantitativos sobre a FD-UnB.

Essa abordagem sinérgica proporcionou uma compreensão mais abrangente e aprofundada das questões em análise e permitiu tanto a triangulação de dados quanto a validação cruzada entre diferentes fontes de informação. Isso porque os depoimentos das alunas puderam fornecer *insights* sobre as experiências individuais, percepções e desafios pessoais, no entanto, a intervenção mais abrangente com os dados pôde trazer uma perspectiva mais geral e fundamentada objetivamente.

### 1.2.1 Relação de concluintes de 1966 a 2021

Margarida, uma das duas ex-alunas que teve o depoimento analisado nesta monografia, fez menção a uma lista nominal, obtida através da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) da UnB, que contemplava os nomes dos(as) alunos(as) que se formaram na graduação da FD-UnB.

Assim como os vídeos contendo os depoimentos, essa lista com os(as) concluintes foi disponibilizada pela Profa. Dra. Ela Wiecko, o que oportunizou sua análise e apresentação nesta monografia.

A relação apresentada na lista inclui os(as) estudantes(as) que se formaram desde a primeira turma em 1966 até os(as) primeiros(as) concluintes de 2022. No entanto, devido à falta de informações abrangentes para o ano de 2022, apenas os dados até 2021 serão considerados. Além disso, é relevante observar que, por razões desconhecidas, não há informações disponíveis para os anos de 1988 a 1991, tampouco são apresentadas demais informações que extrapolem o nome e o ano de formação dos(as) concluintes, isto é, não são fornecidas informações referentes a sexo/gênero<sup>1</sup>, orientação sexual, classe, origem, dentre outros. Para o marcador de raça, são fornecidas poucas informações a partir de 2015.

Para a viabilização das análises propostas para esta lista, considerando a falta de designação de gênero aos nomes apresentados, foi utilizado o *Genderize.io*, um programa disponibilizado gratuitamente por uma *Application Interface Programming* (API), que funciona a partir de um algoritmo de classificação de nomes por gênero.

O algoritmo vale-se de técnicas de aprendizado de máquina e do seu próprio banco de dados para atribuir probabilidades aos nomes, com base em padrões linguísticos associados a gêneros específicos. O algoritmo, então, extrai características dos nomes, como a presença de determinadas letras ou sequências de caracteres, e alimenta essas informações a um modelo de classificação, que permite a atribuição de determinado gênero ao nome analisado.

A partir disso, foi possível verificar que, do total de 4.881 concluintes do período compreendido desde a primeira turma de 1966 até a última turma de 2021, os homens totalizaram 2.770, enquanto as mulheres totalizaram 2.111. Esses dados indicam que ao longo de 55 anos, aproximadamente 56,66% dos(as) concluintes da FD-UnB foram do sexo masculino, ao passo que cerca de 43,34% foram do sexo feminino.

---

<sup>1</sup> No que se refere a dados estatísticos a palavra gênero é utilizada como sinônimo de sexo biológico (macho e fêmea) estabelecido no registro do nascimento em razão de diferenças do aparelho genital. As estatísticas, portanto, ocultam identidades de gênero que não correspondem à classificação biológica que diferencia mulheres e homens.

Assim, a partir dos dados da lista e obtidos o sexo dos(as) concluintes, a fim de enriquecer a análise qualitativa e de se compreender quantitativamente a trajetória das mulheres na graduação da FD-UnB, serão empreendidas outras duas análises.

A primeira análise, que será apresentada na subseção 2.1.1, tem como objetivo examinar a disparidade de gênero entre os concluintes da FD-UnB. Isso será feito por meio da quantificação de homens e mulheres que concluíram a graduação nos anos especificados na lista, resultando na obtenção das respectivas porcentagens para cada gênero. Em seguida, será efetuado o cálculo da proporção média de mulheres em relação a um número predeterminado de homens, para identificar a porcentagem que as mulheres representam em relação ao número total de concluintes em determinado período de tempo.

Para a realização do cálculo da proporção média, foi utilizado o método matemático da regra de três simples, que permite a obtenção de um quarto valor, desconhecido, proporcional a três outros valores conhecidos. Dessa forma, foram estabelecidas relações proporcionais entre as grandezas envolvidas, que foram multiplicadas e divididas em pares, para chegar aos resultados.

A fórmula geral utilizada para esse cálculo, onde  $a$  está para  $b$  assim como  $c$  está para  $d$ , segue a seguinte estruturação:  $a/b = c/d$ . Nesta monografia, as grandezas proporcionais utilizadas foram a quantidade total de homens e a quantidade total de mulheres em um período de tempo, o valor base predeterminado e o valor desconhecido. Assim, a estruturação da fórmula utilizada ficou da seguinte forma: *quantidade total de homens/valor base = quantidade total de mulheres/valor desconhecido*.

A segunda análise realizada, apresentada na subseção 2.21, objetiva investigar a taxa de crescimento dos(as) concluintes desde 1966 a 2021, considerando ambos os gêneros.

Para isso, o método utilizado para os cálculos valeu-se da fórmula: *taxa de crescimento (%) = (valor final - valor inicial)/valor inicial x 100*, onde o valor inicial é extraído do primeiro ano do período de tempo analisado e o valor final é extraído do último ano do período de tempo analisado. Ao final, os valores são multiplicados por cem para que o resultado seja obtido em porcentagem.

Posteriormente, na subseção 2.3.1.1 o mesmo método de cálculo será utilizado, porém para a verificação da taxa de crescimento exclusivamente das discentes mulheres. Essas análises, portanto, fornecerão estatísticas sobre a representação de gênero, sobre as taxas de crescimento e as informações sobre a disparidade de gênero nos anos analisados.

### **1.2.2 Resultados da Avaliação Institucional publicada pela Comissão Própria de Avaliação da UnB**

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade de Brasília realiza uma pesquisa institucional, anual, com foco em avaliar internamente a instituição e apoiar os procedimentos de avaliação externa. Entre os principais objetivos, destaca-se o uso dos resultados como norteadores para a promoção das mudanças necessárias na instituição. Por meio do *site* [avaliacao.unb.br](http://avaliacao.unb.br), são publicados os relatórios obtidos através das pesquisas.

Tendo isso em vista, e considerando que entre as categorias de pesquisa estão a investigação sobre o perfil discente e sobre as evasões por desligamento, esta monografia buscou analisar os resultados disponíveis até o ano de 2021, em atenção ao marco temporal já delimitado na subseção anterior, com o objetivo ampliar as análises que objetivou-se empreender.

No entanto, dificuldades foram encontradas. Com relação ao perfil discente, apenas constam resultados para os anos de 2020 e 2021. No entanto, o ano de 2020 não traz dados discriminados sobre as mulheres, mas apenas sobre os homens. Para o ano de 2021, houve uma discriminação acerca do número de mulheres ingressantes, matriculadas e concluintes, mas apenas nesse quesito houve essa discriminação, de modo que os demais dados apenas foram apresentados de forma geral, impossibilitando uma análise pormenorizada sob uma ótica feminista.

Foram publicados dados com relação aos resultados do Questionário do Estudante que foi aplicado no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Desses resultados, a presente monografia apresentará, na subseção 2.3.2.1 o item de avaliação 29, em que se investigou a concordância e a discordância dos(as) alunos quanto as metodologias de ensino e a promoção, por elas, de uma experiência desafiadora capaz de impulsionar o(a) aluno(a) a aprofundar seus conhecimentos e desenvolver competências reflexivas e críticas; na subseção 2.3.1.2, será apresentado o item de avaliação 40, em que se investigou a concordância e discordância dos(as) alunos(as) quanto as oportunidades oferecidas pela instituição para a superação das dificuldades enfrentadas por eles/elas em seus processos de formação.

Por fim, desse material, serão apresentados na subseção 2.3.1.2, os resultados relacionados as taxas de evasão para homens e para mulheres, muito embora as investigações empreendidas nesse quesito não tenham se destinado a entender as causas subjetivas de evasão que, conforme será elucidado na subseção, é um fator fundamental para o alcance dos reais fatores que influenciam o desligamento dos(as) discentes.

### 1.2.3 Relação dos projetos de extensão e dos grupos de pesquisa

Em razão da importância dos projetos de extensão e dos grupos de pesquisa para as discussões sobre gênero no âmbito da Faculdade, para a promoção de mudanças a partir de reflexões críticas, e tendo em vista o impacto que desempenham nas experiências de formação das estudantes, intentou-se a obtenção do histórico, ao longo dos anos, dos projetos e dos grupos vinculados a FD-UnB, a fim de analisar as dinâmicas de oferta relacionadas às temáticas de gênero.

Contudo, apesar dos esforços para obtenção desses dados nas coordenações dessas iniciativas, foram encontrados obstáculos, de cunho burocrático, que impediram o acesso às informações necessárias. Mesmo com a realização de solicitações formais e com tentativas de requisição, por exemplo, por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), não foi possível a obtenção da totalidade dos dados desejados.

Ocorre que a instituição de ensino estava passando por um processo de migração e adaptação para um novo sistema de cadastro e oficialização dos projetos e grupos, o que impactou diretamente a disponibilidade e acessibilidade das informações requeridas. Além disso, os efeitos das mudanças institucionais promovidas provisoriamente durante a pandemia da COVID-19 resultaram em alterações nas listas dos grupos e projetos, o que adicionou uma camada a mais de complexidade para a obtenção dos dados pretendidos.

Essa impossibilidade, por certo, impactou a análise quantitativa pretendida inicialmente. No entanto, não impediu por completo uma abordagem sobre a questão, isso porque foi realizada uma extração de dados no *site* oficial da FD-UnB, que contém uma relação resumida dos projetos e grupos vinculados à Faculdade. Ressalta-se que não há qualquer informação acerca da última atualização realizada às informações constantes no *site*, portanto, não há como afirmar se, realmente, todos aqueles projetos e grupos estão atualmente ativos ou formalmente cadastrados na instituição. Ainda, foi possível identificar que alguns projetos e grupos de destaque não constaram na relação do *site*, motivo pelo qual foram acrescidos posteriormente.

Todavia, a extração realizada permitiu que fosse realizada uma análise, mesmo que limitada, dos projetos de extensão e grupos de pesquisa da FD-UnB, de modo que essa análise será apresentada na subseção 2.3.2.1, com o auxílio dos Quadros 10 e 11, onde são listados os projetos e grupos aferidos.

Cabe ressaltar que a extensão universitária pode ser identificada por meio dos projetos, das ações e das atividades. Os projetos de extensão são uma iniciativa planejada e estruturada, com objetivos específicos e metas pré-determinadas, que promovem ações e atividades para a realização desses objetivos e metas, sendo coordenados por docentes vinculados(as) à

instituição de ensino. As ações de extensão referem-se às atividades específicas realizadas em concreto como parte do projeto mais amplo, podendo ser eventos, cursos, campanhas, *workshops*, prestação de serviços à comunidade, dentre outros. As atividades de extensão, por sua vez, são mais abrangentes e englobam tanto as ações quanto outras formas de interação da universidade com a comunidade.

Diante desse cenário, a análise empreendida apenas se deterá na indicação dos projetos de extensão levantados, sem pormenorizações sobre as ações e atividades em específico promovidas por eles, haja vista a dificuldade na obtenção desses dados. No entanto, é possível realizar uma dedução lógica a partir das temáticas abordadas por esses projetos. Por exemplo, se entre os objetivos gerais do projeto está a abordagem de questões de gênero, é razoável inferir que esse projeto ofertará ações e atividades relacionadas a essa temática. Essa interferência inicial é considerada suficiente para atender o objetivo de análise preliminar desta monografia, ante a dificuldades na obtenção de dados mais completos.

Com relação aos grupos de pesquisa, a análise também seguirá a mesma lógica, sem pormenorizações, haja vista que a abordagem das questões de gênero nas linhas e sublinhas dos grupos indica a realização de pesquisas relacionadas a essa temática.

#### **1.2.4 Relação das produções de monografias**

A abordagem quantitativa contou ainda com a extração de dados da Biblioteca Digital da Produção Acadêmica (BDM), com o propósito de analisar a produção de monografias, por mulheres, ao longo dos anos na graduação em Direito da UnB.

Cabe salientar que a disponibilidade de monografias na BDM abrange apenas o período a partir de 2011, quando a Câmara de Ensino de Graduação tornou obrigatório o depósito digital desses trabalhos. Por esse motivo, a relação de monografias levantadas compreende o período de 2011 a 2021.

Sendo assim, na subseção 2.3.2.2, será apresentada a quantidade de monografias escritas por mulheres, a partir do total de monografias depositadas na BDM, bem como será indicada a quantidade de monografias que abordaram temáticas de gênero.

## **CAPÍTULO 2 - CONHECENDO A FACULDADE DE DIREITO: O CENÁRIO INSTITUCIONAL E AS PERCEPÇÕES FEMININAS**

Com a Proclamação da República (1889), houve uma transformação no acesso à educação superior. As mudanças econômicas e institucionais no país impulsionaram a busca pelo ingresso no ensino superior e, conseqüentemente, impulsionaram o expressivo aumento no número de faculdades do país (Feijão, 2015). Quase 80 anos depois, além desse aumento também se transformam as concepções do ensino superior.

### **2.1 A criação da UnB: história, missão e as transformações institucionais em prol do acesso à universidade**

Juscelino Kubitschek, ao assumir o poder em 1955, tinha como principais objetivos para seu governo o desenvolvimento econômico do país e a interiorização da nova capital federal, a ser chamada: Brasília. No entanto, conforme explica Feijão (2015), apesar de ter sido pensada para ser o centro administrativo do país e difusor da cultura, a ideia de se estabelecer uma universidade na nova capital federal encontrou opositores, como Israel Pinheiro, presidente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), que temia a proximidade de estudantes com o governo e o Congresso Nacional.

Dividido entre as preocupações levantadas por Israel Pinheiro, que se disponibilizou até mesmo a “conceder um terreno fora da capital para uma eventual construção futura” (Miglievich-Ribeiro, 2017, p. 591), e entre problemas com engenharia e opositores à própria construção da nova capital, Juscelino demorou a se decidir sobre a construção de uma universidade no novo território.

Feijão (2015) revela que somente após uma conversa com Oscar Niemeyer e Cyro dos Anjos, por meio da qual Cyro expôs: “Parece que estou vendo a bela Brasília engolida pelo vazio e pelo atraso que a circundam. Brasília sem universidade, não se imporá como capital” (Feijão, 2015, p. 61), que finalmente Kubitschek se viu convencido da importância da criação da universidade em Brasília.

A partir daí, com a ajuda do antropólogo Darcy Ribeiro, o educador Anísio Teixeira elaborou para a universidade um anteprojeto fundamentado na ideia de educação transformadora que encorajava a pesquisa científica, literária e artística, e visava eliminar o limite da formação profissional baseada apenas no preparo intelectual (Lima, 2021).

A estrutura da UnB, portanto, foi desenvolvida com o objetivo de criticar o modelo de ensino universitário até então vigente no cenário educacional brasileiro, caracterizado pela

ausência de incentivo à pesquisa, pela limitação quanto aos recursos financeiros e fundamentado em um regime catedrático, com ensino pouco dinâmico e com currículos rígidos (Feijão, 2015).

Nesse cenário, para atingir os seus objetivos e superar o modelo padrão de universidade definido através da Lei n.º 4.024/1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a UnB organizou-se sob a forma de fundação, o que lhe permitiu, conforme explica Feijão (2015), possuir flexibilidade financeira e principalmente autonomia administrativa.

Em 25 de agosto de 1961, após um veemente pedido de alteração de pauta feito por Darcy Ribeiro, a sessão que estava por ser encerrada adiantou o 18º ponto da ordem do dia para discutir e aprovar, por ampla maioria, na Câmara dos Deputados, o projeto de criação da Universidade de Brasília. O episódio, conforme destacado por Félix (2022), foi marcado pela renúncia à época do presidente Jânio Quadros, em um cenário que caminhava para a ditadura civil militar que ocorreria em 1964.

Finalmente, sancionada por João Goulart a Lei n.º 3.998, em 15 de dezembro de 1961, foi criada a Fundação Universidade de Brasília que, após quatro meses, passou a funcionar sob a coordenação de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, para os quais, respectivamente, foram entregues os cargos de reitor e vice-reitor (Miglievich-Ribeiro, 2017). A cidade universitária se instalou na área que já havia sido destinada pelo urbanista Lúcio Costa em seu projeto para a capital, “eram 257 hectares na Asa Norte da cidade, junto ao Lago” (Miglievich-Ribeiro, 2017, p. 591).

Inicialmente, a UnB contava com nove prédios, divididos entre as Faculdades Especializadas e os Institutos Centrais, que abrigavam os(as) estudantes ingressantes para os cursos criados concomitantemente à universidade, quais sejam os cursos de graduação em Direito, Administração, Economia, Letras Brasileiras, Arquitetura e Urbanismo (UnB, 2018), todos destinados ao período diurno.

A partir da década de 1980 a UnB foi ganhando novas formas através das grandes transformações empregadas em prol da redemocratização da instituição. Isso porque os anos anteriores foram marcados pelas severas repressões perpetradas no contexto da ditadura civil militar que havia se instaurado.

Em 1989 foi criado o primeiro curso noturno para a graduação em Administração. Posteriormente, já na década de 90, foram criados mais treze cursos noturnos, incluindo-se o do curso de Direito, no ano de 1994. Pode-se destacar essa oferta para o período noturno como o pontapé inicial para o início do alargamento das portas da universidade para um maior número



de estudantes, em razão da ampliação no número de vagas e de ter possibilitado o ingresso de pessoas que apenas podiam frequentar as aulas durante a noite por trabalharem durante o dia.

Além da ampliação de vagas, era necessário que houvesse estímulo e maiores oportunidades de ingresso na universidade. A UnB então, em 1995, criou o Programa de Avaliação Seriada (PAS) como um modelo mais democrático e alternativo ao vestibular tradicional para ingresso na instituição. A nova avaliação foi criada para ser realizada em três etapas, por meio da aplicação de três provas, uma para cada série do ensino médio (UnB, 2018), de modo a proporcionar, já nesse período acadêmico, maior engajamento dos(as) estudantes com o ensino superior. O PAS tinha como objetivo estimular o ensino universitário e articulá-lo com o ensino secundário.

As mudanças não pararam por aí. Em 2004, a UnB tornou-se a primeira universidade do sistema federal de ensino superior do Brasil a implementar em seu vestibular um sistema de cotas raciais, em aderência ao movimento em prol do acesso de um maior número de pessoas pretas e pardas na educação superior. Essa política, que também contou com a reserva de vagas para estudantes indígenas, tornou a UnB a precursora na implementação de uma política pública efetivamente capaz de promover a transformação do espaço acadêmico e a ascensão social de jovens e famílias à novas possibilidades de melhoria de vida (Félix, 2022).

Com o advento das Leis n.º 12.711/2012 e 13.146/2015, e a congruência das normas nelas editadas, essa transformação e diversificação da ocupação do espaço acadêmico ganhou um novo patamar, isso porque o vestibular passou a destinar 50% das vagas de cada curso e turno para os(as) estudantes do ensino médio que o cursaram integralmente em escolas públicas, e 5% das vagas para o sistema de cotas raciais.

Das vagas destinadas aos(as) estudantes das escolas públicas, 50% delas passaram a ser destinadas para os(as) estudantes com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos, ao passo que os outros 50% se destinaram aos(as) estudantes com renda familiar bruta per capita maior que a 1,5 salários-mínimos. Ainda, essas duas reservas contaram com uma destinação de vagas específicas para estudantes com deficiência.

Todas essas mudanças foram cruciais para o alcance dos objetivos almejados por Darcy Ribeiro quando da criação da UnB. Um deles, o combate ao elitismo na educação (Miglievich-Ribeiro, 2017). Com efeito, a congruência das iniciativas internas com as políticas públicas e as normas legais, promoveu uma diversificação no perfil discente da instituição. Aos cursos de bacharelado da UnB, chegaram “jovens oriundos das classes trabalhadoras, e com percursos biográficos diversos daqueles até então majoritários nas universidades públicas do país” (Félix, 2022, p. 67)

## **2.2 A criação da FD-UnB**

Embora a criação do curso de Direito esteja atrelada à fundação da Universidade de Brasília, no ano de 1962, a Faculdade de Direito apenas se estabeleceu como um local destinado exclusivamente ao ensino do Direito no ano de 1994. Em seus primeiros anos, o curso foi ministrado nos Institutos Centrais da UnB, tendo sido integrado, primeiramente, à Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, posteriormente, no ano de 1970, à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, e por fim, em 1982, à Faculdade de Estudos Sociais Aplicados (FA).

Atualmente, a FD-UnB possui dois espaços físicos próprios, onde são realizadas suas atividades. O primeiro deles, e principal, o prédio Victor Nunes Leal, onde são desenvolvidas as atividades de ensino, pesquisa e extensão. No entanto, cabe destacar que para as atividades de ensino, a Faculdade também se utiliza de salas dos pavilhões de multiuso Anísio Teixeira e João Calmon, bem como de anfiteatros no Instituto Central de Ciências, todos localizados no campus Darcy Ribeiro da UnB.

O segundo espaço é o Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), situado em Ceilândia-DF, onde são realizados os atendimentos jurídicos voltados à população e são desenvolvidas algumas das atividades do estágio curricular supervisionado.

A estrutura arquitetônica do edifício principal da FD-UnB, desenvolvida a partir do projeto elaborado pelo arquiteto Matheus Gorovitz, conta com o subsolo, o térreo e um pavimento superior, cujo acesso se dá por meio das escadas distribuídas pelas dependências do prédio, bem como pelo único elevador disposto no edifício. A sede da FD-UnB possui ainda dois auditórios e 18 salas destinadas exclusivamente às aulas do curso de Direito, além das salas destinadas às secretarias, diretorias e aos(as) docentes, que possuem gabinetes próprios.

Há também espaços de livre atividade aos(as) discentes. Além do jardim e das áreas ao redor do edifício, a FD-UnB conta com uma lanchonete, no térreo, e um espaço destinado ao Centro Acadêmico (CA), no segundo pavimento.

### **2.2.1 Objetivos de formação e perfil discente**

Ao(a) bacharel(a) da FD-UnB, foi almejado um perfil não distante do ideário proposto à UnB. Isso significa dizer que, além de se ter buscado um perfil discente diversificado para combater o elitismo enraizado nos espaços universitários, buscou-se dar ênfase à formação de juristas sensíveis às demandas sociais e capazes de entender o sistema jurídico como um instrumento de efetivação dos Direitos Humanos e do Estado Democrático de Direito.

Feijão (2015) explica que a proposta inicial de ensino para o curso de Direito, formulada por Venâncio Filho, baseou-se em um currículo que se alinhava ao ideário da UnB e separava a formação em duas etapas. A primeira delas, referente aos dois primeiros anos, destinava-se à formação humanística geral a ser ministrada nos Institutos Centrais. Ao passo que a segunda etapa se destinava ao ensino voltado à profissionalização, a ser ministrado nas faculdades destinadas a cada curso. A intenção, por certo, era a instituição de um ensino moderno e distante dos modelos tradicionais (Feijão, 2015).

No entanto, esse ideário de currículo condizia com o perfil institucional definido à UnB, não atendendo plenamente às necessidades do ensino jurídico, que à época, ministrado nos Institutos Centrais, enfrentava problemas de infraestrutura. Por esse motivo, ainda nos primeiros anos do curso, surgiu a segunda proposta de currículo.

O segundo currículo trouxe uma flexibilização na grade curricular, deixando à escolha dos(as) estudantes as disciplinas que cursariam nos cinco anos da graduação, desde que atendidos os requisitos do currículo, que exigiam o cumprimento não apenas das disciplinas obrigatórias, mas também que os(as) estudantes cursassem matérias optativas e de integração, vinculadas a outros cursos.

Em suas investigações, Feijão (2015) teve acesso ao terceiro currículo implementado no curso de Direito no ano de 1968, na vigência da ditadura civil-militar, quando também o curso foi integrado a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Nesse período, o currículo sofreu alterações alinhadas ao regime autoritário, “a uma, incentivou matérias propedêuticas de cunho científico, em um claro estímulo à produção científica; a duas, seguindo a tendência do regime de privilegiar a formação técnica, ampliou a quantidade de matérias obrigatórias a serem cursadas no ciclo profissional” (Feijão, 2015, p. 84).

À época da transformação do Departamento de Direito em Faculdade de Direito, em 1994, foi aprovado um novo projeto curricular que trazia como alterações a destinação de 12 créditos para pesquisa, atividades complementares e disciplinas de módulo livre; a criação de cinco matérias de atualização e prática jurídica; de cinco matérias para estágio; e o estabelecimento de exames de proficiência anuais (Feijão, 2015).

Não obstante, como o período em que aprovado esse currículo era o de transição democrática, a estrutura curricular se preocupou em focar o aprendizado jurídico para dar ênfase nos fundamentos do Estado Democrático de Direito e orientar os(as) bacharéis(las) às novas possibilidades de constitucionalização de Direito (Félix, 2022). Por esse motivo, o currículo contou com um aporte maior das “ciências sociais e suas possibilidades metodológicas mais sofisticadas de compreensão de teorias críticas” (Félix, 2022, p. 60).

Com a entrada em vigor da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996, e da Resolução CNE/CES n.º 9, de 29 de setembro de 2004, o currículo da FD-UnB sofreu novas modificações para se adequar às diretrizes curriculares, tendo permanecido em vigor até os dias atuais.

Metodologicamente, esse currículo exige o cumprimento de uma carga horária total de 4.050 horas (270 créditos no sistema da UnB). De modo que, às atividades de ensino, o currículo determina a destinação de 3.285 horas (219 créditos), sendo 2.040 horas (136 créditos) para as disciplinas obrigatórias e 1.245 horas (83 créditos) para as disciplinas optativas.

Ao estágio curricular é exigido o cumprimento de 300 horas (20 créditos), onde 240 horas (16 créditos) são destinadas ao Estágio Supervisionado profissional da FD-UnB e 60 horas (4 créditos) às atividades de estágio externo à FD-UnB. No que concerne à extensão e pesquisa, é exigido o cumprimento de 300 (20 créditos) e 360 horas (24 créditos), respectivamente.

Os componentes de ensino obrigatórios dividem-se em três eixos. O eixo fundamental é destinado a integração do Direito com as outras áreas do saber, contando com as disciplinas de Introdução ao Direito, Introdução ao Conhecimento Acadêmico, Metodologia da Pesquisa, História do Direito, Filosofia do Direito, Sociologia do Direito, Direito e Interdisciplinaridade I e II, e demais Disciplinas Externas à Faculdade de Direito.

O eixo de formação profissional é destinado às disciplinas de Introdução ao Direito Privado, Obrigações, Teoria dos Contratos, Direito das Coisas, Direito de Família, Responsabilidade Civil, Direito Empresarial, Direito Individual do Trabalho, Processo do Trabalho, Introdução ao Direito Público, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Internacional Público, Finanças Públicas e Tributação, Direito Econômico, Teoria da Norma e do Crime, Teoria da Pena, Processo Penal e Direito Processual Civil.

E o eixo de formação prática objetiva é destinado à realização das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado, ao Trabalho de Curso e às Atividades Complementares.

Esse currículo passou por pequenas mudanças desde o ano de 2004, que podem ser verificadas por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), onde é disponibilizado para consulta, com as suas respectivas alterações. Para o curso diurno os últimos cinco currículos consolidados são referentes aos períodos letivos de 2011/1, 2016/1, 2017/1, 2017/2 e 2019/2. Para o curso noturno, os últimos cinco currículos consolidados são referentes aos períodos letivos de 2006/2, 2011/1, 2016/1, 2017/2 e 2019/2.

De análise dos currículos, é possível verificar que as mudanças se voltaram essencialmente à destinação de carga horária e a alteração de algumas disciplinas dos eixos

fundamental e de formação. Quanto à carga horária, passou-se a ter o total de 3.150 horas destinadas exclusivamente aos componentes de ensino obrigatórios, 390 horas aos componentes optativos e 300 horas aos componentes complementares.

Ao eixo fundamental, mantiveram-se as disciplinas de Introdução ao Direito e História do Direito e foram acrescentadas as disciplinas de Pesquisa Jurídica, Introdução à Filosofia, Introdução à Ciência Política, Introdução à Sociologia, Introdução à Economia, Sociologia Jurídica, Introdução ao Direito 2, Teoria Geral do Estado e Ética.

O eixo de formação profissional passou a contar com as disciplinas de Teoria Geral do Direito Público, Privado, Penal e Processual Civil/ Penal/ Trabalho, Modelos e Paradigmas da Experiência Jurídica, Direito Constitucional, Administrativo, Penal, das Obrigações, dos Contratos, das Coisas, Comercial, de Família, Financeiro, Tributário, do Trabalho, Internacional Público, Econômico, das Sucessões, bem como Filosofia do Direito e Responsabilidade Civil.

O eixo de formação prática objetiva manteve a realização das atividades referentes ao Estágio Curricular Supervisionado, sob a forma de cinco disciplinas de estágio, ao Trabalho de Curso e às Atividades Complementares, que incluem três cadeias de disciplinas. A primeira e a segunda cadeia são referentes, respectivamente, aos exames de proficiência I e II, e a terceira cadeia é composta por disciplinas de atualização e prática do Direito, cuja matéria a ser ministrada segue a escolha dos(as) docentes que ofertarem disciplinas nessa modalidade.

Ao longo do tempo, todas essas mudanças realizadas no currículo do curso de Direito da FD-UnB estiveram intrinsecamente suggestionadas pelo *momentum* em que promovidas. Não por outro motivo refletiram os valores e a missão da própria UnB ou os anseios e tendências ideológicas e políticas do governo, os quais se impuseram por meio da edição de normas legais.

No entanto, muito embora o currículo da FD-UnB possua seu foco direcionado à interdisciplinaridade, pesquisa e formação profissional de alta qualidade, deve-se chamar atenção para o fato de que a ênfase nesses três quesitos não implica necessariamente em uma transformação do ensino para torná-lo transversal, intercultural e atento às diversidades, como demanda o diversificado perfil discente da universidade.

Conforme apresentado na seção 2.1, ao longo dos anos, a Universidade de Brasília promoveu uma série de iniciativas e políticas internas que tiveram o condão de, a partir da década de 1980, ampliar de forma significativa o número de discentes ingressantes nos seus quadros gerais e, por certo, nos quadros da Faculdade de Direito.

Nesse cenário, inobstante a incompletude de informações acerca dos marcadores sociais que perfazem os perfis discentes tornar inviável a identificação da relação direta entre as

políticas e os(as) ingressantes do curso de Direito, cabe analisar, de maneira geral e com base nos dados e informações disponíveis, o crescimento relativo à quantidade de concluintes da FD-UnB, desde a primeira turma a se formar no ano de 1966, até a última turma, no ano de 2021.

Assim, com base nos dados fornecidos através da lista disponibilizada pela SGP/UnB, em que consta a relação nominal e anual dos(as) alunos(as) que se formaram na graduação da FD-UnB, a identificação da taxa de crescimento dessa relação de concluintes ajudará na compreensão do cenário acadêmico da faculdade, essencialmente no que diz respeito ao quadro discente, de modo a contribuir para as compreensões preliminares e gerais acerca do seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Para uma melhor realização da análise pretendida, os anos indicados na lista foram divididos em cinco períodos de tempo, que, separadamente, compreenderão todos os anos a serem analisados. Nesse sentido, o primeiro período compreenderá os anos de 1966 a 1976; o segundo período os anos de 1977 a 1987; o terceiro período compreenderá os anos de 1992 a 2000; o quarto período os anos de 2001 a 2010; e o quinto e último período compreenderá os anos de 2011 a 2021.

Essa separação por períodos se mostrou necessária tanto para a melhor visualização do crescimento, quanto para se traçar um comparativo entre os anos analisados. Dito isso, passemos então à análise dos dois primeiros períodos, ambos antecessores à implementação das primeiras iniciativas e políticas de acesso à UnB. Para esses períodos, temos os seguintes números:

#### **Quadro 1 – Quantidade de concluintes entre os anos de 1966 e 1987**

<b>Ano</b>	<b>Número de concluintes</b>	<b>Ano</b>	<b>Número de concluintes</b>
1966	45	1977	70
1967	54	1978	56
1968	42	1979	58
1969	51	1980	56
1970	81	1981	71
1971	68	1982	85
1972	59	1983	76
1973	24	1984	104
1974	36	1985	90
1975	38	1986	86
1976	41	1987	69
<b>Total</b>	<b>539</b>	<b>Total</b>	<b>821</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Ao se calcular a taxa de crescimento entre os dois períodos acima indicados, em que a totalidade de concluintes se deu nos valores de 539 e 821 alunos(as) para o primeiro e para o segundo período, respectivamente, tem-se como resultado uma taxa de crescimento de 52,31%.

Seguindo para a década de 1990 e para os primeiros anos do século XXI, em que as primeiras iniciativas e políticas institucionais foram implementadas nos anos de 1994, 1996 e 2004, em que houve, respectivamente, a criação do período noturno para o curso de Direito, o ingresso dos(as) primeiros(as) estudantes aprovados(as) pelo PAS e a implementação do sistema de cotas raciais nas vagas destinadas aos vestibulares, temos os seguintes números:

**Quadro 2 – Quantidade de concluintes entre os anos de 1992 e 2010**

Ano	Número de concluintes	Ano	Número de concluintes
1992	30	2001	70
1993	77	2002	76
1994	83	2003	93
1995	72	2004	84
1996	95	2005	87
1997	66	2006	102
1998	116	2007	86
1999	178	2008	84
2000	77	2008	111
-	-	2010	88
<b>Total</b>	<b>794</b>	<b>Total</b>	<b>891</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Ressalta-se que, conforme explicado na subseção 1.2.1, não constam dados para os anos de 1988 a 1991, portanto, a análise dos períodos acima listados contará com valores aproximados. Nesse sentido, ao se calcular a taxa de crescimento entre os dois períodos apresentados no Quadro 2, em que a totalidade de concluintes se deu nos valores de 794 e 891 alunos(as) para o primeiro e para o segundo período, respectivamente, tem-se como resultado uma taxa de crescimento de 12,2%.

Neste ponto, pode-se notar que a taxa de crescimento verificada para os períodos do Quadro 2 é menor que a taxa verificada para os períodos do Quadro 1. No entanto, ao se realizar o mesmo cálculo, mas considerando a totalidade de concluintes dos dois períodos do Quadro 1 e a totalidade dos dois períodos do Quadro 2, em que se tem, respectivamente, os valores totais de 1.360 e 1.685 alunos(as), a taxa de crescimento alcança o valor aproximado de 23,9%.

Seguindo-se para o último período a ser analisado, de 2011 a 2021, em que se teve a implementação das cotas destinadas aos(as) alunos(as) que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, em congruência com a avaliação da renda per capita e das cotas raciais, assim como com a implementação das vagas destinadas para as pessoas com deficiência, temos os seguintes números:

### Quadro 3 – Quantidade de concluintes entre os anos de 2011 e 2021

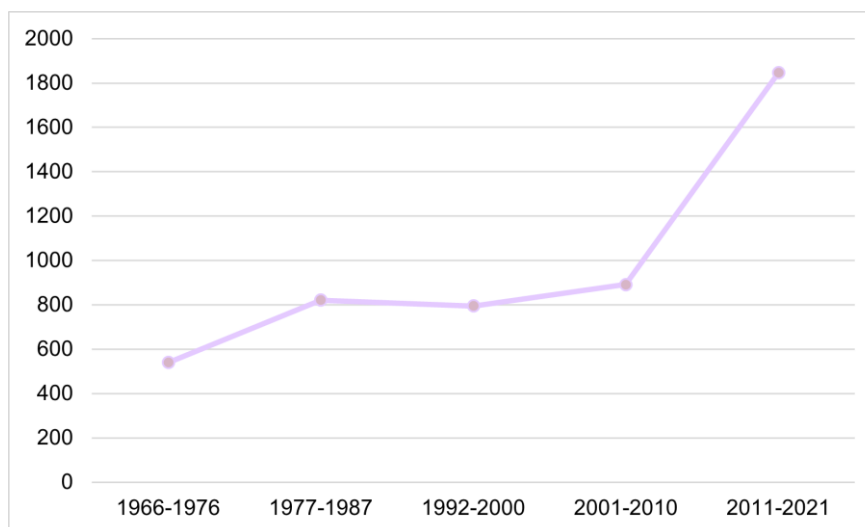
Ano	Número de concluintes
2011	115
2012	99
2013	136
2014	113
2015	209
2016	192
2017	216
2018	216
2019	206
2020	179
2021	165
<b>Total</b>	<b>1846</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Ao se calcular a taxa de crescimento do período discriminado no Quadro 3, realizando-se um comparativo com os últimos dez anos do quarto período apresentado no Quadro 2, que compreendia os anos de 2001 a 2010, tem-se um acréscimo no valor de 107,5%.

Portanto, não obstante os resultados obtidos para as décadas de 1980 e 1990 serem aproximados, em razão da ausência de dados para os anos entre 1988 e 1991, é possível verificar que o crescimento do quadro discente do curso de Direito da UnB, ao longo dos anos, teve um aumento expressivo entre os anos de 2010 a 2021.



**Gráfico 1 – Crescimento no número de concluintes por períodos**

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Nesse cenário, embora a precariedade de demais dados e informações acerca dos perfis discentes impossibilite a afirmação de que as iniciativas e políticas institucionais da UnB tenham se mostrado determinantes para o aumento no quadro discente da FD-UnB, é possível verificar que o crescimento mais expressivo se deu após as alterações determinadas pelas Leis n.º 12.711/2012 e 13.146/2015, que possibilitaram, em maior grau, a entrada de jovens de baixa renda na universidade.

### 2.3 As mulheres no curso de Direito: olhares femininos

Foi no contexto de expansão do acesso à educação, percebido em nível global durante o século XIX, em razão da valorização da educação que era promovida pela ascensão dos valores da burguesia, que as mulheres passaram a ter acesso aos ambientes acadêmicos e ao ensino superior (Ronconi Fernandes, 2021).

No entanto, Ronconi (2021, p. 4) chama atenção para o fato de que a inserção das mulheres nas academias ocorreu de maneira diferente da inserção dos homens, de modo a resultar em experiências completamente diferentes aos dois gêneros, ainda que estivessem vivenciando os mesmos ambientes.

Essa diferenciação decorreu da divisão social de papéis que até então predominava na sociedade, consolidada em estereótipos. Assim, às mulheres recaía a responsabilidade pela manutenção da harmonia familiar e pelo zelo ao status da família na função de boas esposas e boas mães (Ronconi, 2021, p. 4).

Essa função social atribuída às mulheres esteve historicamente sugestionada por valores machistas, reproduzindo uma visão patriarcal que, ao restringir a atuação feminina às funções domésticas e de cuidados familiares, segregava-as dos espaços públicos, educacionais e profissionais. Conforme destacado por Costa e Souza (2017, p. 153), durante muito tempo, a alegada inferioridade das mulheres foi justificada com base nas diferenças biológicas, de modo a ser esse o argumento utilizado para o cerceamento ao acesso delas nos espaços acadêmicos.

Com o movimento de expansão do acesso ao ensino superior e com o aumento no número de faculdades de Direito no país, que se iniciou nas últimas décadas do século XX (Félix, 2022), o cerceamento antes promovido às mulheres foi superado e elas passaram a ingressar nos cursos superiores. Movimento observado também nos cursos de Direito.

No entanto, não se pode afirmar que esse movimento de ingresso das mulheres foi capaz de, por si só, tornar o ambiente acadêmico um espaço livre de desigualdades de gênero e efetivamente equânime. Motivo pelo qual, a presente monografia se dedicou a analisar a FD-UnB, para entender como ocorreu a passagem feminina pela graduação da faculdade, em números e proporções, bem como delinear um panorama sobre as desigualdades de gênero ainda reproduzidas naquele espaço.

Assim, através dos depoimentos de duas ex-alunas, foi possível identificar, em um primeiro momento, que há uma invisibilização da trajetória feminina na FD-UnB, decorrente tanto da ausência de dados sobre as alunas, quanto em razão da ausência de marcadores sociais nos poucos dados disponíveis. Ainda, foi possível constatar um reforço a essa invisibilização devido à ausência de adequação e atualização dos dados.

A invisibilização é uma forma de violência especialmente prejudicial por, além de extrapolar os muros da universidade e perpetuar o fenômeno da sub-representação sofrido pelas mulheres nas mais diversas áreas da sociedade, ser capaz de apagar do cenário público a trajetória individual das mulheres, muitas vezes de forma definitiva.

A despeito disso, a ex-aluna Margarida destaca em seu depoimento a composição das turmas de concluintes da FD-UnB, ressaltando a dificuldade de obtenção dos dados e a predominância masculina no quadro discente da instituição. Afirmação que será analisada a partir da relação de concluintes, desde a primeira turma em 1966 até a última turma em 2021.

Foi possível identificar também, através do depoimento da ex-aluna Íris, a importância e o poder transformador que as ações, políticas e iniciativas institucionais têm, tanto no ambiente acadêmico quanto na trajetória das discentes, ao promoverem o debate e as discussões sobre pautas feministas e que abordem questões de gênero.

Diante desse cenário, foi analisada a presença dessas pautas e questões no currículo da FD-UnB, no que concerne às disciplinas obrigatórias do curso e as temáticas abordadas nos projetos de extensão e nos grupos de pesquisa. Posteriormente, foi ainda realizado um balanço das produções de monografias por mulheres, uma vez que a promoção dessas discussões no âmbito da Faculdade influencia a escolha pela temática a ser abordada pelas alunas nos trabalhos de conclusão de curso.

### **2.3.1 A invisibilidade feminina e o fenômeno da sub-representação**

Bechara (2021) afirma que um ambiente contaminado por valores que não refletem o respeito às mulheres, mas perpetua e reproduz machismos, violências de gênero e invisibiliza as demandas femininas, tem o poder de impactar a experiência de formação das discentes e de desencorajar a permanência na academia.

Contra esse movimento, surgem como instrumentos necessários e eficazes a implementação de políticas de igualdade de gênero e a promoção de iniciativas para conscientização e transformação do espaço acadêmico. No entanto, a implementação bem-sucedida dessas medidas e a elaboração de estratégias bem direcionadas requer uma abordagem abrangente, colaborativa e contínua.

Acabar com as situações de violência exige entender suas causas. A violência contra as mulheres surge de relações de poder desiguais, refletindo o status subordinado imposto pela estrutura patriarcal ao longo dos anos. Em muitos casos, especialmente em ambientes universitários, as desigualdades se manifestam de maneiras quase imperceptíveis, por meio de pequenas condutas e ínfimas exclusões, embora constantes e permanentes (Ronconi; Schuster, 2021, p. 174).

Por esse motivo, o resgate das experiências femininas nos espaços universitários desempenha um papel fundamental na identificação e abordagem das questões de gênero emergentes em cada instituição, motivo pelo qual elas precisam ser reconhecidas, valorizadas e amplificadas. Isso implica não apenas dar visibilidade às mulheres, mas proceder à coleta de dados específicos aos problemas.

Pensando nisso, a ex-aluna Margarida, concluinte do ano 1998, contou em seu depoimento que, com o objetivo de falar sobre as mulheres e suas trajetórias no curso da FD-UnB, buscou apresentar um retrato da Faculdade através de dados. Inobstante ter despendido algumas de suas noites para a realização de pesquisas em busca de dados que lhe pudessem ser úteis, considerou ínfimo o resultado obtido.

Ainda assim, a ex-aluna conseguiu, através da SGP/UnB, uma lista nominal com a relação dos(as) alunos(as) que se formaram na graduação da FD-UnB. Lista essa, diga-se de passagem, também analisada nesta monografia. No entanto, a lista apenas forneceu nomes e anos de formação, deixando de apresentar demais informações acerca de marcadores sociais, como raça, classe, origem, orientação sexual, estado civil e, especialmente, gênero.

Acontece que as informações referentes a esses marcadores sociais são de extrema importância para um resgate completo da trajetória das alunas, de modo que quando ausentes, criam um obstáculo à compreensão e a representação de suas experiências, resultando em uma forma de invisibilização. Não por outro motivo, Bechara (2021) afirma que as violências de gênero ultrapassam as camadas sociais e acadêmicas, de modo a atingir as mulheres em seus diversos eixos sociais, além do gênero, que as colocam em situação de vulnerabilidade.

Na lista nominal fornecida pela SGP, por exemplo, havia um alto número de nomes dúbios, isto é, nomes culturalmente unissex que podem designar tanto o gênero feminino quanto o gênero masculino. Nesse cenário, quando se está realizando uma análise e um levantamento de dados sob a perspectiva de gênero, muitas mulheres com suas respectivas trajetórias são invisibilizadas, em razão da impossibilidade de identificação do gênero unicamente através do nome.

Além disso, da narrativa de Margarida, foi possível destacar a importância da presença de informações relacionadas a marcadores sociais, como orientação sexual e estado civil. Isso porque, no momento da história em que se formaram as primeiras alunas dos primeiros anos do curso de Direito da FD-UnB, vigorava o primeiro código civil brasileiro que não assegurava às mulheres os mesmos direitos e obrigações por ele assegurados aos homens.

As normas desse código eram pautadas em ideias machistas e patriarcais que mantinham as mulheres em um lugar de submissão e inferioridade em relação aos homens. À vista disso, no Capítulo III, intitulado “Dos Direitos e Deveres das Mulheres”, o artigo 240 da antiga legislação civil determinava que pelo casamento, as mulheres deveriam assumir o sobrenome dos maridos. Como resultado, essa determinação não só retirava das mulheres sua identidade, como também as fazia desaparecer da narrativa pública para se tornarem meras extensões do status do cônjuge.

Cantarelli *et al* (2013) explicam que essa norma refletia uma manifestação do poder marital, cujas raízes vinham do direito romano, onde a mulher ingressava *loco filiae* (como se fosse filha) da família do esposo. Isso fazia com que o sobrenome do marido funcionasse como um símbolo de sua submissão e propriedade.

No direito brasileiro, essa obrigação foi imposta às mulheres até o advento da Lei n.º 6.515/1977 – Lei do Divórcio, que transformou o dever em uma faculdade. Posteriormente, com o advento do Código Civil de 2002, a legislação sofreu nova alteração para facultar a qualquer dos nubentes o acréscimo ao seu sobrenome o do outro, nos termos do artigo 1.565, §1º.

No entanto, essa antiga obrigação imposta às mulheres em acrescentar ao seu nome o sobrenome do marido resulta até os dias atuais na invisibilização da trajetória dessas mulheres. Ao tecer comentários sobre a primeira turma de concluintes do curso de Direito da UnB, do ano de 1966, Margarida deu especial destaque a ex-aluna Vera São Paulo, acerca da qual, não obstante ter procedido a intensas buscas para descobrir sua trajetória após a graduação, relatou não ter conseguido obter qualquer resultado.

(...) ninguém sabe o que aconteceu com a Vera (...) é curioso que quando tava fazendo os registros, eu vi que tinha algumas duplas centrais, nomes de mulheres repetidos. E por que esses nomes se repetiram? Porque elas trocavam de nome porque possivelmente se casaram durante o curso. (...) eu tentei descobrir o que aconteceu com a Vera. Impossível. Então possivelmente a Vera se casou e trocou de identidade né. Então essa troca da identidade é o primeiro sinal também de invisibilidade das mulheres. E isso acontecia. Lembrando que o Código Civil de 1916 previa a troca de nome das mulheres no casamento né. Então nós estávamos no império do Código Civil. Lembrando que esse Código Civil teve vigência até o meu curso. Quando eu estava aqui em 1997, esse Código ainda estava vigente e só foi substituído em 2003<sup>2</sup> (Margarida, ex-aluna, concluinte do ano de 1998).

O exemplo apresentado por Margarida acerca da Vera São Paulo reflete a realidade de muitas mulheres e constata a realidade cruel de que, a despeito das alterações legislativas que facultaram às mulheres a alteração de seus nomes, a determinação anterior que obrigava a mudança constitui um fator de invisibilidade especialmente prejudicial, capaz de perdurar por toda a vida da mulher ao impossibilitar o rastreamento e a documentação de suas trajetórias individuais.

Neste cenário, a partir do que foi relatado por Margarida, pode-se dizer que o acréscimo de informações relacionadas à orientação sexual e estado civil, são capazes de reduzir essa forma de invisibilidade, na medida em que fornecem elementos capazes de contribuir para o correto resgate da história das mulheres. Basta imaginar que, na situação específica da Vera São Paulo, esses marcadores forneceria pistas mais concretas acerca de sua trajetória.

A ausência de dados, portanto, foi um fator identificado no depoimento de Margarida como responsável pela invisibilização da trajetória de muitas das discentes da FD-UnB, tendo

---

2 Não obstante a menção feita por Margarida se referir ao ano de 2003, é possível inferir que, na verdade, ela se referia ao Código Civil de 2002.

surgido como um obstáculo para a identificação e abordagem das questões de gênero que perfizeram suas experiências nos primeiros anos da graduação da faculdade escolhida.

Ocorre que, para uma eficaz implementação de medidas e estratégias de combate às violências de gênero no espaço acadêmico, é necessário que se realize o correto resgate dessas trajetórias e que seja dada visibilidade às vozes e às experiências femininas, sob pena de se reforçar as violências e a manutenção de um ambiente institucional que desencoraja a permanência feminina.

Esse reforço é ainda capaz de extrapolar os limites do espaço acadêmico e alimentar o fenômeno da sub-representação, caracterizado pela inadequada representação feminina em posições de poder, instituições, organizações, cargos políticos e todos os demais contextos em que a representação se mostra de extrema importância.

O fenômeno da sub-representação é um indicativo de desigualdade e/ou discriminação sistêmica. Isso significa que, embora os(as) participantes do grupo sub-representado possuam as qualificações e habilidades necessárias, eles/elas enfrentam obstáculos ou barreiras que dificultam seu acesso a posições de destaque e influência. A esse respeito, Margarida expressou preocupação em sua fala.

Se nós somos menos a sair dos cursos (...) saímos dos cursos em menor número, nós ainda encontramos vários tetos no percurso da carreira jurídica. (...) a sub-representação vai estar em todos os espaços de poder, no congresso nacional também, onde as mulheres não alcançam 15% das cadeiras. (...) e a provocação é essa: se nós somos poucas já no curso, somos poucas a sair do curso, somos muito menos nos espaços de poder e decisão e é óbvio que isso nos impede de mudar esse sistema, ou pelo menos é um obstáculo (Margarida, ex-aluna, concluinte do ano de 1998).

Portanto, a forma de invisibilidade feminina aqui identificada, em razão da ausência de dados e do obstáculo criado ao resgate da trajetória das mulheres no ambiente acadêmico, não apenas dificulta a devida abordagem das questões de gênero para a formulação de políticas e iniciativas de igualdade, como também extrapola os muros da academia para reforçar o fenômeno da sub-representação feminina, impedindo cada vez mais a chegada de mais mulheres aos cargos de poder e de tomadas de decisões.

(...) em primeiro de 1978 (...) nós temos (...) entre 26 graduandos, 14 mulheres. Nessa turma nós temos um ministro do Supremo Tribunal Federal, ainda em exercício, foi quando Gilmar Mendes se formou. Eu procurei saber, ainda nessa turma algumas mulheres brilhantes se formaram, nenhuma chegou ao Supremo até hoje. A primeira mulher que chegou ao Supremo, chegou ao Supremo em 1996 (...) não estamos bem na foto. A diversidade não marca o sistema de justiça (Margarida, ex-aluna, concluinte do ano de 1998).

Desde a criação dos primeiros cursos de Direito no país, no século XIX, as carreiras jurídicas são preenchidas “principalmente por homens brancos ou embranquecidos pela posição social” (Bonelli, 2017, p. 96). Realidade essa percebida até os dias atuais. Conforme destacado

por Margarida, desde sua instalação em 1891, o Supremo Tribunal Federal (STF) já teve 171 ministros em sua composição, sendo que, desse total, apenas três eram mulheres.

De outro lado, cabe destacar que, inobstante também se ter verificado aos estudantes homens essa ausência de informações completas, Margarida não teve qualquer problema em encontrar informações sobre a trajetória de ex-alunos homens, como no caso do citado Gilmar Mendes, ocupante de uma das cadeiras de ministro do STF. Isso porque, além do fato de nunca terem sido obrigados a mudarem os seus nomes de batismo, os homens ocupam de forma predominante os espaços de poder, de modo a terem suas trajetórias facilmente reconhecidas no cenário público.

### **2.3.1.1 A presença feminina em números e proporções**

Ao se olhar para os números gerais de concluintes da FD-UnB, desde a primeira turma a se formar em 1966 até a última turma a se formar em 2021, conforme apresentado na subseção 2.2.1 foi possível verificar que houve um crescimento gradual na quantidade de alunos(as) ao longo dos anos. Sob a perspectiva de gênero, vale analisar como se deu esse crescimento especificamente em relação às mulheres para que, em termos quantitativos, seja aferida a trajetória feminina na faculdade.

Para essa análise, o método de separação por períodos utilizado na subseção 2.2.1 será aqui reproduzido, pelos motivos já explicitados, a fim de que se possa verificar (i) a disparidade de gênero nas quantidades de concluintes, (ii) a média proporcional de mulheres por homens, e (iii) a taxa de crescimento no que concerne especificamente às quantidades de mulheres ao longo dos anos.

Dito isso, passa-se à análise do primeiro período, que compreende os anos de 1966 a 1976.

Conforme se pode verificar no Quadro 4, em todos os anos desse período, os homens estiveram em maioria em relação às mulheres, que tiveram uma variação de porcentagem entre 14% e 47%. Proporcionalmente, considerando todo o período, pode-se dizer que para cada cem homens, tinha-se 44,11 mulheres, o que significa dizer que elas representam 44% do total de concluintes dos anos de 1966 e 1976.

**Quadro 4 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 1966 a 1976**

Ano	Concluintes homens	% concluintes homens	Concluintes mulheres	% concluintes mulheres	Total
1966	36	80%	9	20%	45
1967	41	76%	13	24%	54
1968	36	86%	6	14%	42
1969	38	75%	13	25%	51
1970	62	77%	19	23%	81
1971	47	69%	21	31%	68
1972	40	68%	19	32%	59
1973	13	54%	11	46%	24
1974	19	53%	17	47%	36
1975	20	53%	18	47%	38
1976	22	54%	19	46%	41

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Para o segundo período, que compreendem os anos de 1977 a 1987, conforme se pode verificar no Quadro 5, as mulheres conseguiram ultrapassar o número de homens em nove dos onze anos analisados, conquistando uma variação percentual entre 48% e 63%. Em termos proporcionais, para cada cem homens, havia 131,26 mulheres. Ou seja, considerando todo o período, as mulheres representaram aproximadamente 131,26% do total de concluintes.

**Quadro 5 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 1977 a 1987**

Ano	Concluintes homens	% concluintes homens	Concluintes mulheres	% concluintes mulheres	Total
1977	33	47%	37	53%	70
1978	29	52%	27	48%	56
1979	24	41%	34	59%	58
1980	26	46%	30	54%	56
1981	31	44%	40	56%	71
1982	32	38%	53	62%	85
1983	28	37%	48	63%	76
1984	41	39%	63	61%	104
1985	34	38%	56	62%	90
1986	41	48%	45	52%	86
1987	36	52%	33	48%	69

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Seguindo para o terceiro período, que compreende os anos de 1992 a 2000, conforme se pode verificar no Quadro 6, as mulheres também conseguiram ultrapassar o número de homens em alguns anos, porém em menos que no período anterior. Aqui, as porcentagens de mulheres variaram de 34% a 63%. Em termos proporcionais, tem-se que para cada cem homens, havia 74,50 mulheres, aproximadamente, o que significa dizer que, estima-se que as mulheres representaram 74,50% do total de concluintes desse período.



**Quadro 6 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 1992 a 2000**

Ano	Concluintes homens	% concluintes homens	Concluintes mulheres	% concluintes mulheres	Total
1992	11	37%	19	63%	30
1993	37	48%	40	52%	77
1994	31	37%	52	63%	83
1995	43	60%	29	40%	72
1996	57	60%	38	40%	95
1997	43	65%	23	35%	66
1998	66	57%	50	43%	116
1999	116	65%	62	35%	178
2000	51	66%	26	34%	77

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

No quarto período, indicado no Quadro 7, que compreende os anos de 2001 a 2010, os homens voltaram a estar em maioria em todos os anos, de modo que as porcentagens de mulheres variaram entre 29% e 46%. Proporcionalmente, pode-se dizer que para cada cem homens, havia 60,47 mulheres, o que significa dizer que elas representam 60,47% do total de concluintes do período.

**Quadro 7 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 2001 a 2010**

Ano	Concluintes homens	% concluintes homens	Concluintes mulheres	% concluintes mulheres	Total
2001	50	71%	20	29%	70
2002	41	54%	35	46%	76
2003	63	68%	30	32%	93
2004	45	54%	39	46%	84
2005	58	67%	29	33%	87
2006	64	63%	38	37%	102
2007	48	56%	38	44%	86
2008	48	57%	36	43%	84
2009	73	66%	38	34%	111
2010	59	67%	29	33%	88

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Para o quinto e último período do marco temporal delimitado, que compreende os anos de 2011 a 2021, apenas nos dois últimos anos as mulheres conseguiram ultrapassar o número de homens, de modo que as porcentagens para elas variaram entre 35% e 55%. Em termos proporcionais, tem-se que para cada cem homens, havia 78,01 mulheres, ou seja, as mulheres representaram 78,01% do total de concluintes desse período.

### Quadro 8 – Quantidade e porcentagem de concluintes por gênero nos anos de 2011 a 2021

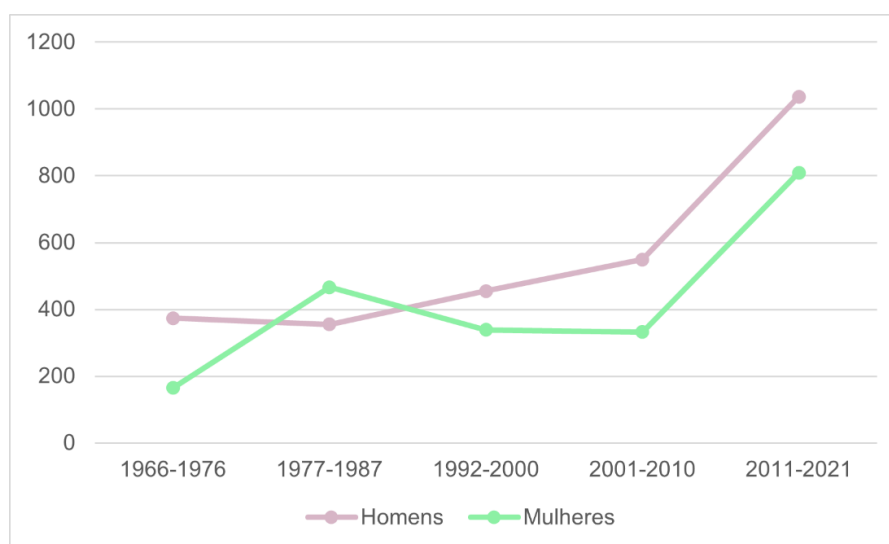
Ano	Concluintes homens	% concluintes homens	Concluintes mulheres	% concluintes mulheres	Total
2011	71	62%	44	38%	115
2012	64	65%	35	35%	99
2013	70	51%	66	49%	136
2014	69	61%	44	39%	113
2015	123	59%	86	41%	209
2016	114	59%	78	41%	192
2017	128	59%	88	41%	216
2018	121	56%	95	44%	216
2019	113	55%	93	45%	206
2020	90	50%	89	50%	179
2021	74	45%	81	55%	165

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Os números indicam, portanto, uma evidente flutuação na representação feminina ao longo dos anos. No primeiro período, as mulheres estiveram em uma proporção menor em relação aos homens. No segundo período houve uma inversão expressiva nesses números e as mulheres ultrapassaram os homens em representatividade. Nos três períodos seguintes, as mulheres continuaram com porcentagens superiores aos homens, todavia com valores significativamente menores que no segundo período.

Considerando os números totais de homens e mulheres em cada um dos cinco períodos, é possível visualizar na tabela abaixo a flutuação na representação feminina ao longo dos anos.

### Gráfico 2 - Quantidade de concluintes por gênero e períodos (1966-2021)



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados fornecidos pela SGP da UnB.

Com relação ao crescimento na quantidade de mulheres que se formaram na FD-UnB ao longo dos anos analisados, enquanto para o primeiro período o valor da taxa foi de expressivos 111,11% de crescimento, para o segundo período verificou-se um decréscimo nessa taxa que chegou ao valor de -10,81%. Para os próximos três períodos, a taxa se manteve crescente, tendo alcançado os valores de 36,84% para o terceiro período, 45% para o quarto período, e 84,09% para o quinto e último período analisado.

Em termos gerais, olhando-se para os números referentes à disparidade de gênero e para as taxas de crescimento, é possível verificar que, inobstante a tendência quanto ao número de concluintes só aumentar ao longo dos anos, com relação à disparidade de gênero, elas continuam a figurar em menor quantidade em relação aos homens, que desde 1995 representam mais da metade dos concluintes.

Com efeito, muito embora isso signifique dizer que a presença das mulheres esteja aumentando com o passar do tempo, o cenário da FD-UnB ainda é marcado pela desigualdade de gênero, em razão da verificada predominância da presença masculina na graduação da faculdade.

### **2.3.1.2 A evasão feminina**

A evasão, situação em que os(as) estudantes abandonam o curso antes de concluí-lo, é um fenômeno que merece atenção ao se traçar a trajetória feminina no âmbito de uma faculdade. Isso porque, as taxas de evasão, em termos quantitativos, fornecem informações diretas sobre a desistência e desencorajamento em se continuar no ambiente acadêmico. Dessa forma, cabe analisar as taxas de evasão para os homens e para as mulheres.

Nesta subseção, serão analisados os resultados publicados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UnB acerca das pesquisas sobre egressos da graduação, realizadas entre os anos de 2018 e 2021, considerando-se apenas os casos de desligamento.

Para o ano de 2018, os resultados da pesquisa mostraram um total de 306 saídas por desligamento. Desse total as mulheres representaram 22,22%, ao passo que os homens representaram 77,78%. Já para o ano de 2019, da totalidade de 325 saídas por desligamento, 23,69% representaram mulheres e 76,31% homens. Para o ano de 2020, da totalidade de 348 desligamentos, 22,99% representaram mulheres e 77,01% homens. Por fim, para o ano de 2021, da totalidade de 331 saídas por desligamento, 22,66% representaram mulheres e 77,34% representaram homens.

### Quadro 9 – Taxas de evasão discente por gênero

-	2018	2019	2020	2021
<b>Mulheres</b>	68 (22,22%)	77 (23,69%)	80 (22,99%)	75 (22,66%)
<b>Homens</b>	238 (77,78%)	248 (76,31%)	268 (77,01%)	256 (77,34%)
<b>Total</b>	<b>306</b>	<b>325</b>	<b>348</b>	<b>331</b>

Fonte: dados publicados pela Comissão Própria de Avaliação da UnB.

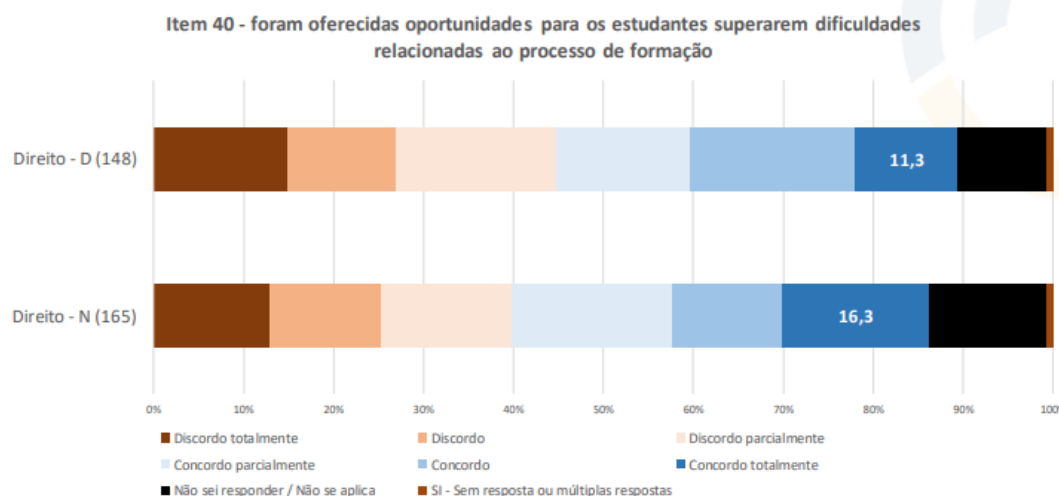
É possível constatar que a taxa de evasão dos homens é significativamente maior que a taxa das mulheres, todavia é preciso relembrar, que de forma geral, os homens ainda são maioria no curso de Direito da UnB, portanto, as taxas são proporcionais.

A CPA publicou ainda, com relação ao ano de 2020, o resultado do Questionário do Estudante aplicado junto ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), em que investigou a opinião dos(as) discentes acerca das oportunidades oferecidas pela instituição para a superação das dificuldades relacionadas ao processo de formação. Como resultado, do total de discentes do período diurno do curso de Direito da UnB, apenas 11,3% concordaram totalmente sobre terem recebido essas oportunidades, ao passo que para os(as) discentes do período noturno, apenas 16,3% concordaram totalmente sobre o mesmo item.

Veja-se o gráfico apresentado pela CPA com a relação de todas as respostas:

### Gráfico 3 – Ajuda institucional para as dificuldades de formação discente

#### ENADE – Questionário do Estudante Estatística da última avaliação



Fonte: dados publicados pela Comissão Própria de Avaliação da UnB sobre o ano de 2020.

É possível perceber que a quantidade de alunos(as) que discordaram, em alguma medida, sobre receber oportunidades para a superação das dificuldades relacionadas ao processo de formação é muito próxima da quantidade que concordou, em alguma medida, em ter recebido essas oportunidades. Isso significa dizer que, para os dois turnos, entre 40% e 45% dos(as) discentes, aproximadamente, enfrentaram dificuldades em sua formação, sem ter recebido a devida ajuda da instituição. Resultado esse que pode ser refletido nas taxas de evasão.

No entanto, as pesquisas realizadas pela CPA se dão em termos gerais e não se destinam a investigar as causas subjetivas de evasão dos(as) estudantes. Muito embora, seja exatamente essa a medida acertada para o correto delineamento dos fatores de evasão, principalmente no que concerne à realidade das mulheres. Isso porque, conforme já elucidado nesta monografia, uma das principais causas da evasão das mulheres é a reprodução de violências de gênero no ambiente acadêmico, marcador não incluído nas pesquisas da CPA.

Nesse cenário, não obstante a CPA destacar a importância da pesquisa para a mensuração dos impactos dos produtos oferecidos pela UnB na formação dos(as) estudantes, não se pode dizer que há um efetivo retorno quanto aos resultados das mulheres, cabendo reiterar que, apenas a visibilidade às vozes e às experiências femininas são capazes de proporcionar resultados esclarecedores sobre suas experiências de formação, bem como esclarecer os motivos que desencorajam a permanência feminina no ambiente acadêmico.

Portanto, urge a incorporação de uma perspectiva mais abrangente e sensível às demandas de gênero nas avaliações institucionais, principalmente no que concerne as investigações que buscam compreender os fatores de evasão.

### **2.3.2 A importância das iniciativas institucionais**

Conforme destacado na subseção 2.3.1, a implementação de políticas de igualdade e a promoção de iniciativas de conscientização são instrumentos efetivamente capazes de transformar o ambiente acadêmico para torná-lo mais igualitário para as mulheres. Essa afirmação pode ser verificada no contexto da FD-UnB através do depoimento da ex-aluna Íris.

Íris compartilhou que durante os seus anos de graduação, de 2002 a 2007, importantes mudanças ocorreram não apenas no cenário da FD-UnB, mas no da UnB como um todo, em razão de iniciativas desenvolvidas com foco em gênero. A primeira dessas mudanças ocorreu logo no seu primeiro ano de graduação.

No âmbito universitário, vigora uma cultura de recepção dos(as) novos(as) ingressantes, marcada pela realização de ações e festividades que são promovidas pelos(as) próprios(as)

alunos(as), já veteranos(as), e pelas atléticas dos cursos. Na FD-UnB, evidentemente, o cenário não poderia ser outro.

Desde a década de 1990, a recepção dos(as) calouros(as) era celebrada com a realização de um churrasco chamado: “O Churrasco da Vaca Louca”. Sobre essa recepção, Íris compartilhou que a experiência se dava de forma bastante negativa para as mulheres, que eram submetidas a situações extremamente machistas, a começar pelo nome do churrasco, isso porque a “vaca louca” era escolhida pelos veteranos dentre as calouras.

Quando eu entrei aqui como caloura, a gente tinha um churrasco de recepção. Não sei se esse churrasco existe ainda, chama: O Churrasco da Vaca Louca. Ele vem desde a época de 90. Então o que mudou ao longo do período foi que durante O Churrasco da Vaca Louca, ele era pra eleger A Caloura Vaca Louca, esse era o principal elemento do churrasco. Então a gente fazia um desfile das calouras, tipo era um corredor polonês, em que as mulheres passavam no meio e daí eles faziam piadas tipo bem sem graça: ‘ela é virgem?’, ‘não ela não é, ela não é virgem’, tipo fazendo referência ao “signo em teoria<sup>3</sup>” e daí a partir disso a gente, era eleita a caloura vaca louca que depois você tinha o ranking das vacas loucas, dos anos (Íris, ex-aluna, concluinte do ano de 2007).

A recepção do ano 2002, felizmente, foi a última em que essa situação foi reproduzida contra as calouras. Íris compartilhou que na década de 1990 não havia a presença de coletivos e debates feministas na FD-UnB. Todavia, à época de sua entrada na graduação, já existiam coletivos e movimentos feministas, os quais foram fundamentais para as mudanças que viriam a ocorrer na universidade.

Através desses coletivos e movimentos eram debatidas pautas feministas, que envolviam as dinâmicas de gênero emergentes na universidade, e eram impulsionadas as transformações que se faziam necessárias. O primeiro debate realizado destinou-se a tratar especialmente da recepção machista realizada no curso de Direito. Esse debate extrapolou os limites dos núcleos feministas e foi levado aos(as) demais estudantes até mesmo por meio das salas de aulas, conforme compartilhado por Íris. Foi então, através dessa movimentação, que ocorreu a primeira mudança no cenário da FD-UnB.

A gente foi de sala em sala discutindo, dentro do Direito, falando que isso precisava terminar nesse curso. Sabe, acho que isso foi uma primeira coisa que foi bem marcante, foi uma recepção bastante machista e negativa que a gente conseguiu reverter e mudar dentro do curso de Direito (Íris, ex-aluna, concluinte do ano de 2007).

Além dos coletivos e movimentos feministas, Íris destacou a importância das ações e discussões sobre as questões de gênero promovidas por meio de projetos de extensão, reconhecendo o impacto positivo que eles causam para a transformação do ambiente acadêmico.

---

<sup>3</sup> Aspas feitas com as mãos pela ex-aluna para indicar que, na verdade, o termo não estava sendo utilizado para se referir ao signo, mas à experiência sexual das calouras.

as PLP's surgiram também nessa época, foi em 2005, também foi criado o projeto de extensão, eu não participei, eu acompanhei aulas, mas nunca participei ativamente (...) e isso começou a mudar bastante, foi uma chave de mudança, eu percebo que do momento que eu entrei, em 2002, pra 2007, um período curto de tempo, eu percebi que teve uma mudança bastante grande no perfil do debate sobre igualdade de gênero dentro da Universidade, dentro da Faculdade de Direito em especial (Íris, ex-aluna, concluinte do ano de 2007).

O “Promotoras Legais Populares, Direito Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania” (PLP), é um projeto de extensão vinculado à FD-UnB, cujo objetivo é justamente o de conscientizar as mulheres sobre seus direitos e capacitá-las para atuarem em prol desses direitos.

Desde sua criação em 2005, o Projeto vem promovendo ações de extrema importância para os direitos das mulheres, tendo sido reconhecido nacionalmente por sua atuação. Em 2017, dentre 70 outros projetos concorrentes, o PLP foi premiado no 5º Prêmio Nacional de Educação em Direito Humanos, tendo recebido menção honrosa na categoria A – Educação Formal (Alves; Monteiro, 2017).

Não obstante toda a importância das iniciativas para a promoção das mudanças no ambiente acadêmico, que por si só já impactam de forma geral a trajetória discente, elas também possuem um grande impacto na formação subjetiva de cada aluna. A exemplo de Íris, sua atuação junto ao Grupo Candango de Criminologia, no paradigma da teoria crítica, coordenado pela Profa. Dra. Ela Wiecko, mostrou-se um fator determinante para que ela definisse o tema da sua monografia de final de curso, em que abordou a Lei Maria da Penha – Lei n.º 11.340/2006 à luz da criminologia feminista.

(...) já em 2006 a gente tava nesse processo da elaboração, da discussão da Lei Maria da Penha, que foi o tema da minha monografia. Eu não falei, mas eu também participava como pesquisadora do grupo de pesquisa de Criminologia Crítica, com a professora Ela, e eu fiz uma leitura da Lei Maria da Penha à luz da criminologia feminista, pra minha graduação (Íris, ex-aluna, concluinte do ano de 2007).

Não bastasse isso, a ex-aluna destacou que sua participação como ativista militante nos coletivos femininos exerceu uma significativa influência em suas escolhas profissionais futuras. Íris compartilhou que debates sobre políticas públicas relevantes e a elaboração de projetos de lei, como os relacionados à Lei Maria da Penha e à legalização do aborto, foram acompanhados diretamente por ela na Câmara dos Deputados, por meio da participação nos coletivos feministas. Além disso, como membro do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UnB, esteve presente na votação para a implementação das cotas raciais na universidade. Assim, todas essas experiências, permeadas por discussões próximas e incorporadas ao contexto da graduação, motivaram Íris a seguir uma carreira voltada para políticas públicas e gestão governamental, colaborando posteriormente com o Governo Federal.

Pode-se perceber então que, no âmbito da FD-UnB, as discussões, iniciativas e políticas já se mostraram eficazes para promoção da igualdade de gênero e para efetivamente transformarem o ambiente acadêmico.

Complementarmente, além da atuação dos projetos de extensão e de pesquisa terem se mostrado fundamentais para impulsionar as mudanças na FD-UnB, eles impactam de forma positiva a formação das mulheres na graduação, impulsionando-as em toda sua trajetória de vida, como no caso de Íris, que teve não apenas o tema da sua monografia influenciado, mas também o seu direcionamento profissional.

### **2.3.2.1 A abordagem das questões de gênero no currículo**

Na subseção 2.2.1 foi apresentada a evolução do currículo da FD-UnB até se chegar ao último currículo a ser consolidado e que atualmente está em vigor. Em conclusão, destacou-se que, entre os principais motivos para as atualizações, estava o de promover a interdisciplinaridade, a pesquisa e a formação profissional de qualidade.

No entanto, ao se olhar para as mudanças empreendidas ao currículo ao longo dos anos, foi possível verificar que elas se destinaram, prioritariamente, à alteração nos componentes curriculares de carga horária e à atualização de determinadas disciplinas dos eixos de ensino teóricos e práticos.

Isso significa dizer que, voltando-se o olhar para o currículo sob uma ótica feminista, é possível verificar, preliminarmente, que existem lacunas alarmantes no que concerne à incorporação de disciplinas voltadas a abordagens transversais, que contemplem, em alguma medida, o estudo de teorias críticas e discussões sociais envolvendo questões pertinentes a grupos minoritários, como as questões de gênero.

Essas lacunas acabam por não dar efetividade ao perfil discente almejado aos(as) concluintes da FD-UnB. Isso porque a ausência de abordagens mais aprofundadas sobre temas como direitos humanos, justiça social, equidade de gênero, raça e diversidade sexual, limitam a formação acadêmica dos(as) estudantes(as), deixando-os(as) sem a capacidade necessária para lidarem com a complexidade e a pluralidade das questões sociais. Conforme afirma Bechara (2021, p. 304), o alcance de uma sociedade mais justa e igualitária, requer a promoção de reflexões teóricas e questionamentos sobre os padrões nela estabelecidos.

De modo geral, o currículo da FD-UnB vem gerando insatisfações desde os primeiros anos do novo século, motivo pelo qual, entre os anos de 2010 e 2012, foram promovidos debates e realizadas reuniões, que contaram tanto com a participação de docentes como de discentes, para a elaboração de um novo Projeto Pedagógico (PP).



Em atenção aos efeitos das políticas de ações afirmativas implementadas pela UnB que, como já elucidado nesta monografia, não apenas ampliaram, mas também diversificaram o quadro discente, o novo PP acrescentou novos objetivos ao perfil dos(as) estudantes, direcionados à valorização das singularidades dos sujeitos sociais. Destaca-se:

O perfil discente deve ser compreendido de forma associada com o/a estudante que ingressa no curso de graduação. Deve-se valorizar a singularidade destes/as como elemento fundamental para a construção de percepções ricas e diversificadas sobre o processo pedagógico. Nesse sentido, a necessidade de inclusão de diferentes sujeitos sociais que se apresentam como estudantes de graduação orienta e dá fundamento às políticas de ampliação da diversidade étnica na Universidade (Políticas de Discriminação Positiva, ou Ação Afirmativa), de ampliação de vagas (Programa Reuni), dentre outras políticas.

Portanto, há e deve sempre haver valorização e potencialização da diversidade cultural, social, política e mesmo subjetiva das/os estudantes. **Experiências sociais, valores e múltiplos projetos acadêmicos e profissionais apenas podem encontrar amparo em um projeto que acolha essa diversidade em toda a estrutura curricular, o que transparece no perfil do/a graduado/a.** A potencialização dessa pluralidade se dá com a valorização da autonomia e da multidisciplinaridade, construídas a partir de uma formação cuja base é o desenvolvimento de competências. (Faculdade de Direito da UnB, 2012, p. 15, grifo próprio).

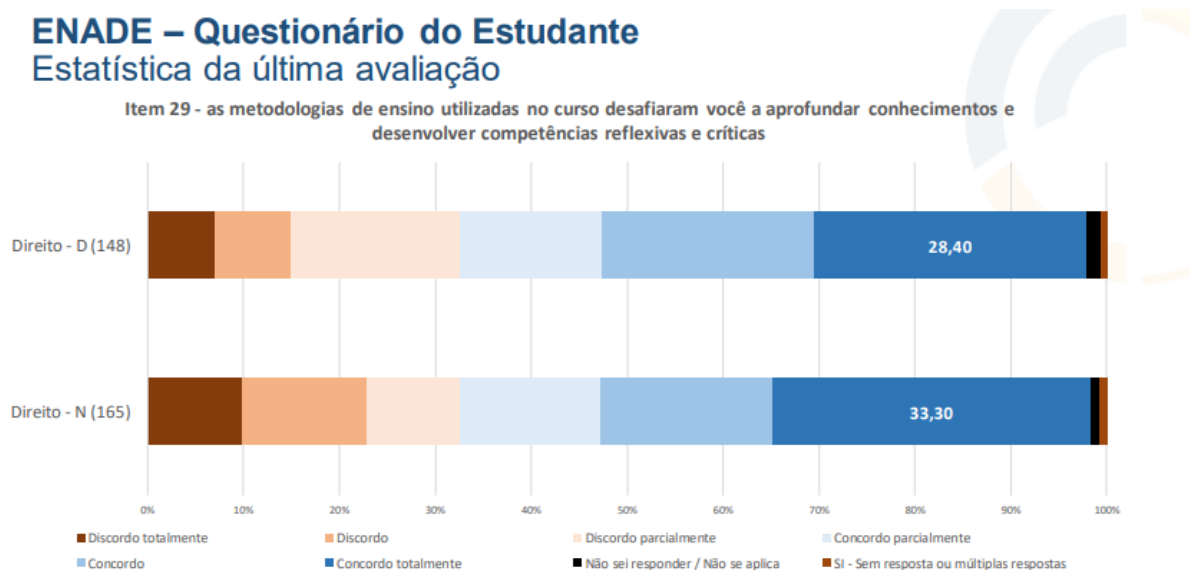
Com relação às atividades de ensino, o novo PP preconizou uma flexibilização curricular, almejando permitir ao discente estruturar seus estudos de acordo com “suas próprias inclinações, sociais, políticas, e interesses de inserção profissional” (Faculdade de Direito da UnB, 2012, p. 20), ao passo que promoveu a devida valorização à extensão e à pesquisa.

Em suma, esse novo PP, idealizado pelos(as) discentes e pelos(as) docentes, mostrou-se promissor ao preenchimento das lacunas tão alarmantes no currículo do PP a que se destinava substituir. Todavia, muito embora ele tenha sido apresentado ao Conselho da FD em 9 de julho de 2012, sua efetiva implementação nunca ocorreu.

Dados sobre o ano de 2020, publicados pela Comissão Própria de Avaliação da UnB, revelam que há uma insatisfação por uma parcela dos(as) estudantes quanto ao ensino da FD-UnB, com relação especificamente ao aprofundamento de conhecimentos e o desenvolvimento de competências reflexivas e críticas.

Os resultados foram obtidos através do Questionário do Estudante aplicado junto ao ENADE e puderam verificar que da totalidade dos que concordaram em alguma medida sobre se sentirem desafiados a aprofundar conhecimentos e a desenvolverem competências e reflexões críticas, para os dois períodos, a porcentagem chegou a aproximadamente 50% dos(as) alunos(as). Da totalidade dos(as) que discordaram, em alguma medida, as porcentagens chegaram a entre 33% para o período diurno e 24% para o período noturno, aproximadamente.

#### Gráfico 4 – Satisfação dos discentes quanto ao ensino da FD-UnB



Fonte: dados publicados pela Comissão Própria de Avaliação da UnB sobre o ano de 2020.

Nesse cenário, ante as lacunas do currículo vigente e a insatisfação dos alunos quanto ao ensino, e tendo em vista a importância destacada na subseção 2.3.2 acerca dos projetos de extensão e dos grupos de pesquisa como impulsionadores de transformações no ambiente acadêmico e como influenciadores positivos nas experiências de formação das alunas, foram analisadas as dinâmicas de oferta, relacionadas às temáticas feministas e de gênero, dos projetos e grupos vinculados à FD-UnB.

Como resultado, verificou-se que dos 14 projetos de extensão formalmente vinculados a FD-UnB e que constam no *site* oficial da faculdade, apenas dois deles possuem foco em gênero: o Projeto de Extensão Maria da Penha: Atenção e Proteção a Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar em Ceilândia, e o Promotoras Legais Populares - Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania.

Além disso, embora não conste no *site*, é conhecido o Projeto Cravinas: Clínica Jurídica de Direitos Sexuais, que inclui estudantes de Antropologia e foca temáticas feministas e de gênero. Portanto, do total de quinze projetos de extensão que se sabe estarem vinculados atualmente a FD-UnB, apenas três deles estão voltados a questões de gênero. Vejamos a relação dos projetos no quadro abaixo:

**Quadro 10 – Projetos de extensão da FD-UnB**

<b>Projetos de extensão</b>
AJUP-RLF Assessoria Jurídica Universitária Popular Roberto Lyra Filho
ASAS - Integração Internacional
EIXOS - Judiciário e Cidadania
Habeas Liber
JUSDIV - Escritório Jurídico para a Diversidade Étnica e Cultural
LAPIN - Laboratório de Pesquisa em Políticas Públicas e Internet
Maria da Penha: Atenção e Proteção a Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar
PLP - Promotoras Legais Populares - Direitos Humanos e Gênero: Capacitação em Noções de Direito e Cidadania
REXISTIR - Núcleo LGBT Interdisciplinar
UniverCidade - Cursinho Pré-Vestibular Honestino Guimarães
UVE - Universitários Vão à Escola
VEREDICTO - Simulação Jurídica
VeZ e Voz - Educação Popular na Prevenção e no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Distrito Federal e Entorno
VINCULUM - Núcleo de Capacitação
Projeto Cravinas: Clínica Jurídica de Direitos Sexuais e Reprodutivos

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados junto ao site da FD-UnB.

Com relação aos 36 grupos de pesquisa listados no *site*, verificou-se que cinco deles abordam de forma principal, possuem sublinhas e/ou promovem ações voltadas aos debates feministas e às questões de gênero, sendo o Centro de Estudos em Desigualdades e Discriminação; o Feminismo, Políticas e Direitos; o Grupo Candango de Criminologia - Repensando Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça; o Moitará; e O Direito Achado na Rua. Além disso, não consta no *site*, mas há também o Grupo Direito, Gênero e Famílias.

**Quadro 11 – Grupos de pesquisa da FD-UnB**

<b>Grupos de pesquisa</b>
Centro de Estudos em Desigualdade e Discriminação
Centro de Pesquisa em Direito Constitucional Comparado
Constituição, Empresa e Mercado (GECEM)
Crítica e Direito Internacional

Desafios do Constitucionalismo
Direito, Economia e Sociedade
Direito e Tecnologia
Direito, Racionalidade e Inteligência Artificial (DR.IA.UnB)
Direito, Sociedade Mundial e Constituição - DISCO
Estado, Constituição e Tributação (GETRIB)
Estudos Constitucionais
Feminismo, Políticas e Direitos
Grupo Candango de Criminologia - Repensando Sociedade, Controle Penal e Sistema de Justiça (GCCRIM)
Grupo de Direito Setorial e Regulatório (GDSR)
Grupo de Estudos de Comércio e Concorrência (GECC)
Grupo de Estudos e Pesquisa em Jurisprudência e Constituição (GEPJUC/UnB)
Grupo de Estudos em Direito das Telecomunicações (GETEL)
Grupo de Estudos em Direito e Economia (GEDE)
Grupo de Estudos em Direito Internacional Privado, do Comércio Internacional e Direitos Humanos
Grupo de Estudos em Direito, Recursos Naturais e Sustentabilidade (GERN)
Grupo de Estudos em Direito Sanitário (GESAN)
Grupo de Estudos Observatório de Políticas Públicas (GEOPP)
Grupo de Pesquisa em Política e Direito
Grupo de Pesquisa Trabalho, Constituição e Cidadania
JURAPP - Grupo de Pesquisa em Jurisdição Administrativa e Políticas Públicas
Justiça de Transição
Laboratório de Estudos Interdisciplinares sobre Acesso à Justiça e Direitos nas Américas
Maré - Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro
Moitará - Grupo de Pesquisa de Direitos Étnicos
O Direito Achado na Rua
Ontologia e Constituição
Percursos, Narrativas, Fragmentos: História do Direito e do Constitucionalismo
Política Criminal
Processo Civil, Acesso à Justiça e Tutela dos Direitos (GEPC)
Prolaw-Lab
Retórica, Argumentação e Juridicidades (GPRAJ)

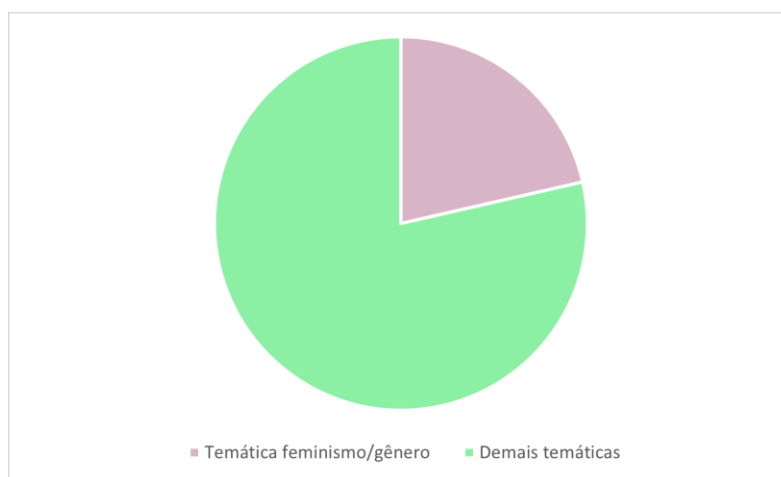
## Direito, Gênero e Famílias

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados junto ao *site* da FD-UnB.

Portanto, com relação aos projetos de extensão foi possível verificar uma escassez maior no que concerne à oferta das temáticas feministas e de gênero. Com relação aos grupos de pesquisa, em comparação, foi possível verificar maior oferta das temáticas investigadas.

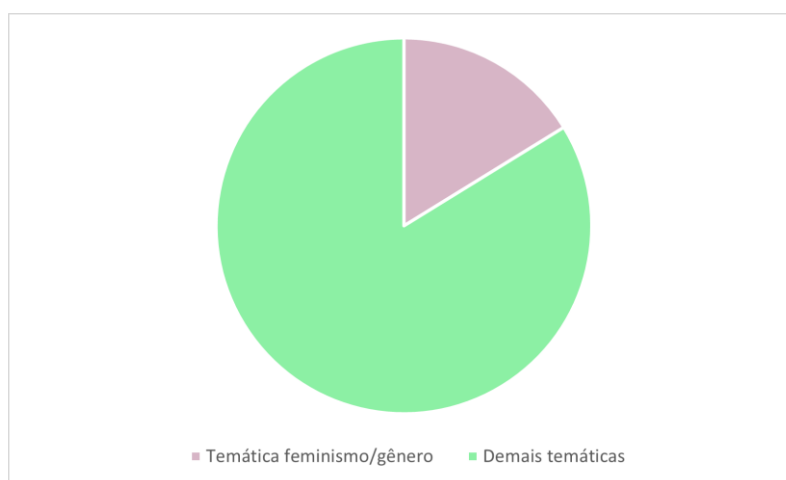
Em termos percentuais, da totalidade de projetos de extensão, 21,43% do total aborda temáticas feministas e de gênero, ao passo que para os grupos de pesquisa, esse valor é de 16,22%. Para uma melhor visualização, vejamos os gráficos abaixo:

**Gráfico 5 – Projetos de extensão e abordagens temáticas**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados junto ao *site* da FD-UnB.

**Gráfico 6 – Grupos de pesquisa e abordagens temáticas**



Fonte: elaboração própria, a partir dos dados coletados junto ao *site* da FD-UnB.

As lacunas na promoção de atividades de extensão e pesquisa destinadas ao debate crítico de temáticas tão essenciais à promoção de mudanças no ambiente acadêmico, como já demonstrado, comprometem não apenas a oportunidade das estudantes mulheres de participarem ativamente de atividades extracurriculares capazes de enriquecer suas experiências de formação acadêmica, profissional e pessoal, mas comprometem a formação de qualidade de todo o quadro discente, isso porque o gênero está presente na construção das normas, na sua interpretação e aplicação, de modo a ser fundamental que todos os(as) alunos(as) estejam familiarizados e instruídos sobre essas questões.

Conforme explica Lima (2021), o tripé formado por ensino superior, pesquisa e extensão universitária, é fundamental para o alcance de uma educação de excelência e para a consecução de um processo de formação acadêmica completo, capaz de trazer efetivos resultados de mudança na realidade prática e na estrutura social. Nesse sentido, destrincha que:

O ensino “corresponde às atividades voltadas ao aprendizado do(a)s aluno(a)s, como as horas destinadas às aulas em sala, laboratórios, atividades de monitoria, entre outras”. A pesquisa, por sua vez, são ações desenvolvidas no âmbito da universidade objetivando fomentar atividades de pesquisa. Já a extensão tem o objetivo de criar uma relação entre a comunidade e a universidade, por meio de ações que possibilitem a troca de conhecimentos. O tripé ensino, pesquisa e extensão objetiva formar estudantes com habilidades e competências para serem futuro(a)s profissionais comprometido(a)s com a ética e com a sociedade, possuindo uma visão crítica dos problemas sociais (Lima, 2021, p. 99).

Fica evidente, portanto, a necessidade de inclusão efetiva das temáticas feministas e de gênero na tríade ensino-pesquisa-extensão para que todo o corpo discente possa ter acesso a discussões mais abrangentes e críticas, a fim de que se formem profissionais do Direito que estejam aptos(as) a compreender e enfrentar os desafios jurídicos contemporâneos, considerando as diferentes realidades e perspectivas presentes na sociedade.

Por inclusão efetiva, o que se quer dizer é que não basta que currículo imponha aos(as) alunos(as) que cumpram determinada carga horária em ensino, pesquisa e extensão, torna-se imperativo que haja uma ampla oferta de iniciativas abrangendo discussões temáticas diversas, a fim de que seja promovido não apenas o engajamento efetivo dos(as) discentes, mas também experiências de aprendizado concretas, de modo que eles/elas sejam efetivamente capacitados(as) para um verdadeiro comprometimento social.

### **2.3.2.2 A produção de monografias por mulheres**

Em análise ao depoimento de Íris, foi possível verificar que a sua escolha pelo tema da monografia foi diretamente influenciada pela sua participação no GCCRIM e pelas discussões empreendidas nas atividades.

À vista disso, e considerando todo o exposto na subseção anterior, mostrou-se interessante analisar as produções de monografia pelas discentes, com o intuito de se averiguar a quantidade delas que se destinaram a abordar temáticas de gênero.

Assim, foram obtidos os seguintes resultados, a partir das monografias disponíveis na Biblioteca Digital Intelectual Discente da Universidade de Brasília (BDM), de 2011 a 2021. Da quantidade total de 2.063 monografias do curso de Direito, apenas 885 delas foram escritas por mulheres. Desse total 347 foram orientadas por docentes mulheres.

Com relação às temáticas, foi possível identificar que do total de 2.063 monografias, apenas 32 delas voltaram-se a abordar questões de gênero, ao passo que nove delas abordaram especificamente as formas de discriminação de sexo contra as mulheres. Portanto, verificou-se que uma quantidade significativamente reduzida de monografias abordou questões de gênero/sexo, representando apenas 2,04% do total identificado.

Das 32 monografias que abordaram as temáticas de gênero, 19 delas foram escritas por discentes mulheres, sob a orientação de docentes mulheres; oito delas foram escritas por discentes mulheres sob a orientação de docentes homens; três delas foram escritas por discentes homens sob a orientação de docentes mulheres; e duas delas foram escritas por discentes homens sob a orientação de docentes homens.

Das nove monografias que abordaram questões relacionadas à discriminação de sexo contra mulheres, cinco delas foram escritas por discentes mulheres sob a orientação de docentes mulheres; duas delas foram escritas por discentes mulheres sob a orientação de docentes homens; e duas delas foram escritas por discentes homens sob a orientação de docentes mulheres.

Vejam a relação completa no quadro abaixo, considerando conjuntamente as monografias que abordaram as temáticas de gênero no geral e as que trataram especificamente de discriminação de gênero.

#### **Quadro 12 – Relação de monografias produzidas com a temática de gênero**

<b>Autor(a)/Orientador(a)</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Mulher - Mulher	24	1,1%
Mulher – Homem	10	0,4%
Homem - Mulher	5	0,2%
Homem - Homem	2	0,09%
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>2,04%</b>

Fonte: elaboração própria, a partir dos dados extraídos da BDM/UnB.

Dadas as constatações já realizadas nesta monografia, nas seções e subseções anteriores, é possível destacar a existência de uma homologia entre as lacunas curriculares e a escassa produção de monografias sobre gênero ou com perspectiva de gênero. Isso porque, a ausência de discussões no âmbito da FD-UnB sobre essa temática influencia as abordagens críticas e escolhas das alunas, que, por certo, optarão por aderir às temáticas que já estão acostumadas a abordar no dia a dia das salas de aula, por meio dos eixos de ensino.

Não por outro motivo, em suas pesquisas, Ronconi (2021, p. 8) pôde verificar que a adesão dos(as) alunos(as) aos domínios temáticos para as produções dos trabalhos de conclusão de curso estavam ligados às preferências das próprias faculdades de Direito, que conseguem refletir suas prioridades no corpo discente.

Reforça-se assim a importância de se promover uma inclusão efetiva das questões de gênero na tríade ensino-pesquisa-extensão.



## CONCLUSÃO

A presente monografia buscou analisar a trajetória das mulheres na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, enquanto discentes da graduação, com o objetivo de compreender como as questões de gênero se manifestam e impactam a trajetória dos estudantes no ambiente acadêmico, sob a premissa de que, inobstante o aumento no número de ingressas mulheres, a faculdade não se transformou para promover uma efetiva e equânime inclusão das estudantes.

Diante das análises empreendidas, foram encontrados desafios complexos intrínsecos a identificação das questões de gênero no âmbito da Faculdade escolhida. A partir da primeira análise, foi possível perceber uma invisibilização à trajetória das estudantes, decorrente da ausência de dados separados por sexo. Não apenas no contexto da própria FD, mas também no contexto da UnB, foi possível perceber que não há a correta discriminação dos dados para a realidade específica das mulheres, em razão da ausência de separação desses dados por sexo. Assim, as mulheres são englobadas em dados que refletem uma realidade generalizada e masculina.

Além disso, os poucos dados fornecidos pela Faculdade de Direito não apresentaram informações completas acerca dos perfis discentes, em razão da ausência de importantes marcadores sociais nos cadastros dos(as) estudantes. Essa ausência resulta em obstáculo ao resgate e compreensão das experiências das discentes, o que impede que sejam desenvolvidos efetivos mecanismos para incentivar a permanência das mulheres na Faculdade e sejam elaboradas iniciativas e políticas assertivas de combate às violências de gênero no espaço acadêmico.

Esse cenário resulta ainda em um reforço ao fenômeno da sub-representação feminina, que transcende os limites acadêmicos e perpetua desigualdades sistêmicas no âmbito de toda a sociedade, isso porque se as mulheres encontram obstáculos para sua formação, conseqüentemente, elas não chegam aos cargos de poder e de maior reconhecimento público.

As mulheres precisam ser vistas em sua totalidade, isto é, é preciso que sejam considerados todos os eixos que perfazem suas vivências e as colocam nos mais diversos estados de vulnerabilidade, além do gênero. Portanto, é imprescindível que haja a implementação do cadastro de dados estudantis desagregados por sexo ou gênero<sup>4</sup> em todos os registros acadêmicos, bem como sejam os dados atualizados para incluírem informações

---

4 A classificação pelo gênero masculino e feminino, sem relação com o sexo, atende às demandas das pessoas transgênero.

referentes a marcadores sociais relevantes, como raça, classe social, orientação sexual, e outros que permitam uma análise abrangente das experiências das estudantes e possibilitem a construção de medidas efetiva para incentivar a permanência feminina no espaço acadêmico.

Outrossim, foi possível constatar que, inobstante o número de mulheres concluintes apresentar uma tendência de crescimento, esse crescimento não tem sido capaz de superar o número de homens, o que demonstra que a instituição ainda é marcada pela disparidade de gênero em desfavor das mulheres. Em outras palavras, isso significa dizer que a FD-UnB continua a formar mais homens que mulheres.

No entanto, ao se analisar os dados publicados pela UnB acerca das pesquisas internas realizadas para levantar a relação das evasões no contexto da Faculdade de Direito, verificou-se que eles não destinaram a investigar as causas subjetivas que levaram os(as) alunos(as) a se desligarem antes de concluírem o curso, inobstante ser essa a investigação mais acertada para o correto levantamento das causas, principalmente no que diz respeito aos motivos das mulheres, uma vez que a reprodução de violências de gênero no ambiente acadêmico aparece como uma das principais causas para o desligamento feminino.

Nesse contexto, também é possível destacar que não há um direcionamento dos dados à realidade das mulheres, o que demonstra outro problema no que concerne a invisibilização de suas trajetórias e a tendência da instituição analisada em englobá-las em uma realidade que não se atenta às particularidades das vivências femininas.

Por fim, ao se olhar para o currículo da FD-UnB foi possível constatar que ele não inclui de forma satisfatória a abordagem sobre questões de gênero em seus componentes de ensino e extensão. O eixo de ensino carece, de forma geral, de disciplinas voltadas a abordagens transversais que contemplem o estudo de teorias críticas e discussões sociais envolvendo questões pertinentes a grupos minoritários, incluindo as questões de gênero. O eixo de extensão apresenta uma escassa oferta de projetos voltados ao desenvolvimento de ações e atividades com abordagem em gênero.

Todavia, a efetiva abordagem das questões de gênero na tríade ensino, pesquisa e extensão se mostra fundamental para (i) a formação acadêmica de todos(as) os(as) estudantes(as), a fim de que se tornem profissionais habilitados(as) para lidar com a complexidade e a pluralidade das questões sociais, a partir da correta interpretação e aplicação das normas legais; (ii) a transformação do ambiente do acadêmico, na medida em que promove o debate acerca das dinâmicas de gênero emergentes no espaço da faculdade; e (iii) influenciar positivamente a experiência de formação das mulheres.

Portanto, é essencial que ocorra uma revisão do currículo da FD-UnB, para que se proceda a inclusão da perspectiva de gênero nos eixos de ensino, principalmente no que diz respeito às disciplinas obrigatórias, assim como seja promovida uma ampliação dos projetos de extensão e para que aos(às) estudantes sejam oportunizadas a participação em ações e atividades que discutam e levem conscientização acerca das questões de gênero.

Assim, ante todas as constatações levantadas, foi possível confirmar que, de fato, houve um aumento no número de mulheres na FD-UnB ao longo dos anos, mas que a instituição não promoveu efetivas mudanças capazes de promoverem a permanência dessas mulheres no espaço acadêmico. Dos problemas verificados, emerge a necessidade de que (i) haja uma transformação na forma como os dados estudantis são coletados e cadastrados, sendo imprescindível a desagregação por gênero e a inclusão de marcadores sociais; (ii) sejam as vivências femininas consideradas individualmente, principalmente no que concerne às causas de evasão que devem ser investigadas de forma subjetiva; e (iii) se proceda a uma revisão curricular a fim de que haja uma efetiva inclusão de estudos e ações que abordem as questões de gênero nos eixos de ensino, pesquisa e extensão.

A adoção de tais medidas poderá não apenas ajudar na identificação e mitigação dos desafios enfrentados pelas estudantes, mas também criar um ambiente mais inclusivo, que promova a igualdade de oportunidades e contribua para a formação de profissionais mais capacitados(as) e conscientes das questões de gênero. Essas soluções não só beneficiarão as mulheres no contexto acadêmico, mas também terão impactos positivos na sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Guilherme; MONTEIRO, Thaíse. UnB Decanato de Extensão. **Projeto de extensão da UnB recebe menção honrosa em premiação nacional**. 04 de setembro de 2017.

Disponível em: <<https://dex.unb.br/noticias/529-projeto-de-extensao-da-unb-recebe-mencao-honrosa-em-premiacao-nacional>> Acesso em: 2 de nov. de 2023.

BECHARA, Ana Elisa Liberatore S. **(In)equidade de gênero e ensino jurídico: o papel da pós-graduação para a representação feminina no Direito**. Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Ed. Especial. 2021. Pg. 299-315.

BONELLI, Maria da Gloria. **Docência do Direito: fragmentação institucional, gênero e interseccionalidade**. Revista Direito GV, São Paulo, v. 17, n. 2, maio/ago. 2021, e2126. <https://doi.org/10.1590/2317-6172202126>.

BONELLI, Maria da Gloria. **Profissionalismo, generificação e racialização na docência do Direito no Brasil**. CADERNO DE PESQUISA. V. 47. n. 163. p.94-120. jan./mar.2017.

BRASIL. **Lei n.º 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de dezembro de 1961. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/13998.htm#:~:text=LEI%20No%203.998%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Art.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13998.htm#:~:text=LEI%20No%203.998%2C%20DE%2015%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961.&text=Autoriza%20o%20Poder%20Executivo%20a,Art.)> Acesso em: 20 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 6.515, de 26 de dezembro de 1977**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 de dezembro de 1977. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/16515.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm)> Acesso em: 20 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1966**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 20 de out. de 2023.

BRASIL. **Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Art. 1565, §1º. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110406compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm). Acesso em: 20 de out. de 2023.

CANTARELLI, Aline Luisiane Camboim; LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; MARIN, Angela Helena. **“Eu não alterei o meu nome”: o que dizem as mulheres sobre o não acréscimo do sobrenome do marido/parceiro no casamento ou união estável**. Pensando fam. 2013. Vo. 17, n. 1, pp, 03-16. ISSN 1679-494X.

COSTA, Valesca Brasil; SOUZA, José Edimar de. **Gênero e campo jurídico: a mulher na Faculdade de Direito (1960-1974)**. Revista de Educação, Ciência e Cultura. Canoas. v. 22, n. 3, p. 147-161, nov. 2017.

FACULDADE DE DIREITO DA UnB. **Projeto Pedagógico**. 2012, p. 62. Disponível em: <[https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt\\_BR&id=414220](https://sigaa.unb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=414220)> Acesso em: 28 de out. de 2023.

FACULDADE DE DIREITO. **Projetos e ações de extensão**. Site institucional. Disponível em: <<http://www.direito.unb.br/extensao/projetos-e-acoes-de-extensao>> Acesso em 18 de out. de 2023.

FACULDADE DE DIREITO. **Grupos de pesquisa**. Site institucional. Disponível em: <<http://www.direito.unb.br/pesquisa/grupos-de-pesquisa>> Acesso em 18 de out. de 2023.

FEIJÃO, Aimée Guimarães. **Entre Famas, Esperanças e Cronópios: Análise dos Discursos Curriculares Promovidos pela FD-UnB**. Orientadora: Professora Doutora Loussia Penha Musse Felix. 2015. 211 p. Dissertação (MESTRADO EM DIREITO, ESTADO E CONSTITUIÇÃO) - Faculdade de Direito - Universidade de Brasília, 2015.

FÉLIX, Loussia Penha Musse. BUCCI, Maria de Paula Dallarii, SOUZA, Rodrigo Pagani de (orgs.). **O ensino jurídico no bicentenário da independência. FORMAÇÃO EM DIREITO NO BRASIL: perspectivas em torno de uma ruptura e seus partícipes**. 1. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022, p. 57-74.

GARCEZ, Andrea; DUARTE, Rosalia; EISENBERG, Zena. **Produção e análise de videograções em pesquisas qualitativas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 37, n.2, p. 249-262, mai./ago. 2011.

LIMA, Jhéssica Luara Alves de. **Clínicas jurídicas na educação em direito no Brasil: perfis profissionais e metodologias de formação**. 2021. 261f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. **Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, n. 96, p. 585-608, jul./set. 2017.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder e outros. **Interações de gênero nas salas de aula da Faculdade de Direito da USP: um currículo oculto?** / Sheila Christina Neder Cerezetti e outros. – São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2019. 127 p.

RONCONI FERNANDES, Jéssica. **Direito, gênero e ensino superior: o processo de feminização da formação jurídica paulista.** Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP, v. 9, n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/9983>. Acesso em: 10 maio 2023.

RONCONI, Liliana; SCHUSTER, Andrea Fernanda. **El derecho a la libertad de expresión de las mujeres en espacios universitarios. El caso de la Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires.** 2021 Revista de Derecho (Valdivia) Vol. XXXIV - Nº 2 - DICIEMBRE 2021. Páginas 159-180.

UnB. **Guia do calouro: 1º/2018.** Mais Humana. Editorial: Márcia Abrahão, Enrique Huelva Unternbäumen, Cláudia da Conceição Garcia (DEG) (Organizadora). 2018. Disponível em: [https://boasvindas.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/guia\\_calouro\\_1\\_2018.pdf](https://boasvindas.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/guia_calouro_1_2018.pdf). Acesso em: 24 out. 2023.

Universidade de Brasília. UnB Notícias. **Faculdade de Direito da UnB: 50 anos de história.** Disponível em: <http://fd.unb.br/institucional/unidade#:~:text=A%20FACULDADE,era%20ministrado%20nos%20Institutos>. Acesso em: 31 de set. de 2023.